

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA

GIVALDO SOUZA CORTES

O LUGAR DA FAMÍLIA NO REINO DE DEUS

Goiânia

2026

GIVALDO SOUZA CORTES

O LUGAR DA FAMÍLIA NO REINO DE DEUS

Monografia apresentada ao curso de Teologia da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, como requisito para a conclusão do curso de bacharelado em Teologia.

Orientador: Pe. Dr. Elismar Alves dos Santos, C.Ss.R.

Goiânia

2026

FOLHA DE APROVAÇÃO

*À Nossa Senhora Auxiliadora
como gesto de gratidão,
por sua materna intercessão.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao bom Deus, pelo dom da vida e da vocação.

Agradeço a toda a minha família, meus pais e todos que contribuíram para o meu desenvolvimento humano.

Sou muito grato a Arquidiocese de Goiânia, por toda sua ação evangelizadora, na qual estou sendo grandemente beneficiado, agradeço aos padres da Paróquia São João Batista, que no exercício de seus ministérios despertaram em mim a vocação sacerdotal.

Sou muito grato aos seminários Santa Cruz e São João Maria Vianney, aos bispos e ao conselho de formadores que dedicam suas vidas à serviço da Igreja, na formação sacerdotal dos seminaristas, pela qual fui favorecido.

Agradeço a Pontifícia Universidade Católica de Goiás e o corpo docente do bacharelado do curso de teologia pelo empenho e zelo na missão educadora.

Manifesto os agradecimentos também aos meus irmãos de turma, que trilharam esse caminho junto comigo. Obrigado pela disposição em me ajudar na superação das minhas dificuldades.

Agradeço imensamente à banca avaliadora pela disponibilidade em ler esse trabalho. Manifesto ainda minha profunda gratidão ao Pe. Dr. Elismar Alves dos Santos, C.Ss.R., pelo empenho e dedicação no processo de elaboração desse Trabalho de Conclusão de Curso. Sua orientação e contribuições acadêmicas foram essenciais no desenvolvimento dessa pesquisa. Sou grato pela disponibilidade e empenho para a conclusão desse trabalho.

Por fim, agradeço a todos que de algum modo contribuíram para com esse trabalho. Que o bom Deus os possa retribuir imensamente. Peço a intercessão da Sagrada Família, para que possa brotar em nossos corações o zelo pelas famílias, e que possa frutificar em nossas vidas o amor pelo Reino de Deus.

*“O Reino dos Céus
é semelhante a um grão de
mostarda que um homem tomou e
semeou em seu campo.
É a menor de todas as sementes, mas, quando
cresce, é a maior das hortaliças
e torna-se árvore, de modo
que as aves do céu vêm fazer ninhos em seus ramos”.*
Mateus 13,31-32.

RESUMO

O núcleo da mensagem dos Evangelhos está em anunciar o mistério pascal de Jesus Cristo: paixão, morte e ressurreição. Assim, a narrativa apresenta Jesus desenvolvendo a mensagem evangélica com os milagres e exortações, que leva o leitor a compreender que Jesus é o Salvador. O início do ministério de Jesus é marcado pelo anúncio da mensagem do Reino de Deus e o chamado a conversão. A pregação de Jesus desenvolve um discipulado em que a pessoa, uma vez convertida, necessita aderir à mensagem. Depois, entende-se que os discípulos também são anunciadores, todos são chamados a promover o Reino de Deus: “Vós sois o sal da terra”; “vós sois a luz do mundo” (Mt 5, 13-14). Diante disso, a família, pelo sacramento do matrimônio, tem a missão de testemunhar e anunciar o Evangelho na medida em que vive e experiencia a Boa Nova. A família está inserida na dinâmica da criação e da redenção, e por isso, tem uma grande missão na sociedade, necessita de apoio para desempenhar o seu papel social. Diante da missão há também muitos desafios em que, por diversos modos, a família é atacada, na tentativa de impedir ou atrapalhar o êxito de sua missão, e nesses problemas a família necessita de maior cuidado e suporte.

Palavras-chave: Família. Matrimônio. Amor sponsal. Aliança. Reino de Deus.

ABSTRACT

The core of the Gospel message is to proclaim the paschal mystery of Jesus Christ—His passion, death, and resurrection. Thus, the narrative presents Jesus through miracles and exhortations, leading the reader to understand He is the Savior. The beginning of His ministry is marked by the proclamation of the Kingdom of God and the call to conversion. Jesus' preaching develops a discipleship in which a person, once converted, must adhere to the message and, in turn, become a proclaimer: "You are the salt of the earth"; "You are the light of the world" (Mt 5:13-14). In this context, the family, through the sacrament of marriage, is called to witness and proclaim the Gospel by living and experiencing the Good News. The family is inserted into the dynamics of creation and redemption and therefore has a great mission in society, requiring proper aid to fulfill its social role. Faced with this mission, there are also many challenges, as the family is often attacked in various ways in attempts to hinder or obstruct its mission. In these circumstances, the family needs greater care and support.

Keywords: Family; Marriage; Spousal love; Covenant; Kingdom of God.

SIGLÁRIO

AA - Apostolicam Actuositatem

AL – Amoris Laetitia

CAT – Catecismo da Igreja Católica

CC - Casti Connubii

CDSI - Compêndio da Doutrina Social da Igreja

DAp - Documento de Aparecida

DPF – Diretório da Pastoral Familiar

DV – Dei Verbum

EG – Evangelii Gaudium

FC - Familiaris Consortio

GS – Gaudium et Spes

LG – Lumen Gentium

ABREVIACÕES BÍBLICAS

1Cor – Primeira carta aos Coríntios

Ap – Livro do Apocalipse

Cl – Carta aos Colossenses

Ef – Carta aos Efésios

Ex – Livro do Êxodo

Gn – Livro do Genesis

Jo – Evangelho de João

Lc – Evangelho de Lucas

Mc – Evangelho de Marcos

Mt – Evangelho de Mateus

Os – Livro Oseias

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 O SENTIDO TEOLÓGICO DA FAMÍLIA NA SAGRADA ESCRITURA.....	13
1.1 O SENTIDO TEOLÓGICO DA FAMÍLIA NO ANTIGO TESTAMENTO	13
1.2 O SENTIDO TEOLÓGICO DA FAMÍLIA NO NOVO TESTAMENTO	19
1.3 O SENTIDO TEOLÓGICO DA FAMÍLIA NAS EPÍSTOLAS DE SÃO PAULO	20
2 O ENSINAMENTO DO MAGISTÉRIO DA IGREJA SOBRE A FAMÍLIA	23
2.1 O CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II.....	24
2.2 A FAMÍLIA NA DOUTRINA SOCIAL E NO CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA.....	30
2.3 A FAMÍLIA NO PONTIFICADO DO PAPA JOÃO PAULO II	34
2.4 A FAMÍLIA NO PONTIFICADO DO PAPA FRANCISCO.....	37
2.5 A FAMÍLIA NO DOCUMENTO DE APARECEIDA E NO DIRETÓRIO DA PASTORAL FAMILIAR – DIRETRIZES DA CNBB	41
3 OS DIZERES DA TEOLOGIA SOBRE A FAMÍLIA	45
3.1 A FAMÍLIA NO REINO DE DEUS	45
3.2 A TEOLOGIA DO MATRIMÔNIO	48
3.3 A ESPIRITUALIDADE FAMILIAR.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	54
REFERÊNCIAS	56

INTRODUÇÃO

Nos tempos atuais, se depara constantemente na pastoral com ocupações acerca do matrimônio e da família. Desde os jovens noivos que buscam se casarem, as famílias formadas a partir do sacramento e assim como as famílias que se formaram sem a graça sacramental, além das situações em que as famílias são feridas, seja por adultério, que por vezes leva a separação, seja pelo abandono do cônjuge. Ainda há situações de casais em segunda união, que buscam reestabelecer de uma relação que não deu certo. Há uma série de situações que envolvem a família. Todavia, essas questões não são novidades do nosso tempo, a família sempre esteve envolta de alegrias e dificuldades.

A família, embora com os desafios, é cheia de beleza e valores. Olhar para o mistério que é a família, se faz necessário para dar respostas a tais questões, que assolam um número crescente de lares. Na pastoral também se depara constantemente com o mistério familiar, envolto de beleza, valores, amor e doação que transformam sacrifícios em vidas, esforços em felicidade. Esse mistério também cresce, com uma força não humana, mas cercada pela graça sacramental. É um mistério que brota em lugares por vezes insossos, mas capaz de transformar a realidade, sendo “sal e luz”.

Em uma sociedade que sofreu constantes transformações culturais, os valores familiares cristãos já não encontram tanto espaço. A família é constantemente questionada, por vezes descartada, ou ainda considerada uma instituição falida. É evidente que, diante das crises que afligiram a humanidade, também atingiram profundamente os lares familiares. Diante disso, a reflexão sobre a família deixou de se preocupar com a narrativa de uma instituição considerada natural e primária para falar da “crise familiar”.

Em meio a inúmeras ideologias que atentam contra a família, e que geram uma visão negativa e precária da relação matrimonial, a beleza e os valores do matrimônio ainda despertam o interesse na sociedade. Não somente em ambientes cristãos, o desejo de contrair matrimônio e constituir uma família ainda é presente na população, o que afirma que não é uma simples ideologia, mas uma realidade antropológica. No meio cristão, e sobretudo nas comunidades católicas, o matrimônio e a família estão além de uma antropologia, é uma verdade de fé.

Com isso, esse trabalho busca compreender a teologia familiar, olhando para os fundamentos da fé para analisar a base da família e do matrimônio cristão católico. Contudo, o caminho que se desenvolverá não pretende esgotar toda a temática sobre a família, mas recorre a base teológica para discernir os desafios pastorais emergentes.

Para isso, o trabalho desenvolverá um caminho reflexivo teológico, passando inicialmente pela Sagrada Escritura, pelo Magistério da Igreja Católica e pela reflexão teológica. Para delinear a reflexão, o primeiro capítulo denominado “O sentido teológico da família na sagrada escritura” abordará a profundidade teológica e os fundamentos da família. Assim, analisará inicialmente o Antigo Testamento o relato da criação, a família na literatura profética, sobretudo o Profeta Oseias e a relação com o conceito de aliança.

Posteriormente, olhará no Novo Testamento a relação esponsal em que Jesus é apresentado. Desde à Família de Nazaré, Jesus está constantemente inserido em ambiente familiar, de modo que no anúncio do Reino o projeto de salvação se desenvolve na família de Deus. Em seguida debruçar-se-á na teologia paulina, buscando ver o desenvolvimento acerca da família nos primeiros passos do cristianismo.

No segundo capítulo nomeado “O ensinamento do Magistério da Igreja sobre a família” buscará compreender os desdobramentos do tema ao longo da história da Igreja, e como o Magistério abordará diante das necessidades que a família enfrenta no tempo. Para isso inicialmente analisará os documentos conciliares do Concílio Vaticano II, colhendo assim a síntese teológica e o desenvolvimento do conceito de “povo de Deus”, e outras novidades elaboradas para corresponder os desafios atuais.

Na sequência, consultará o Compêndio da Doutrina Social e o Catecismo da Igreja Católica para averiguar o desenvolvimento do conceito de família como a primeira célula da sociedade, e desse modo, é a família é entendida como a primeira sociedade natural. Posteriormente, analisará as contribuições dos pontificados de São João Paulo II na Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*, e as contribuições do Pontificado do Papa Francisco na Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Laetitia*. Após, analisará também o documento de Aparecida e o diretório da pastoral familiar da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

No terceiro capítulo intitulado “Os dizeres da teologia sobre a família” buscará uma visão teológica acerca da temática da família. Para isso, consultará algumas reflexões de alguns teólogos para abordar a compreensão de Reino de Deus, reflexões da teologia do matrimônio e o desenvolvimento da espiritualidade familiar. Relacionando o pensamento teológico com alguns documentos eclesiais, se entende que a família está inserida no plano divino da criação e da redenção.

1 O SENTIDO TEOLÓGICO DA FAMÍLIA NA SAGRADA ESCRITURA

“Buscai em primeiro lugar o Reino de Deus e todas as outras coisas lhes serão dadas por acréscimos”.
Mateus 6,33.

Neste capítulo, alicerçados no Antigo e no Novo Testamento, trilhamos um caminho reflexivo à luz da Sagrada Escritura, no qual abordamos os aspectos teológicos sobre a família. Trataremos, a partir do Antigo Testamento, da profunda teologia sobre a família no relato da criação presente no Livro do Gênesis, da relação que Deus estabelece com seu povo, instituindo uma aliança, e do desenvolvimento, na literatura profética, da restauração dessa aliança rompida pelo povo.

A partir do Novo Testamento, analisamos, nos quatro Evangelhos, o desenvolvimento da relação sponsal entre Jesus Cristo e a Igreja. Com efeito, Deus se faz família e estabelece uma relação sponsal com a Igreja, seu povo. Baseados nos escritos de Paulo, trataremos da semelhança do ensinamento paulino com os Evangelhos, os quais apresentam o amor de Jesus Cristo como modelo a ser observado, desenvolvendo uma teologia familiar na sponsalidade de Cristo com a Igreja.

1.1 O SENTIDO TEOLÓGICO DA FAMÍLIA NO ANTIGO TESTAMENTO

Na Sagrada Escritura, há um amplo desenvolvimento teológico sobre a família e o matrimônio. O relato da criação, no Livro do Gênesis, descreve que Deus criou o homem e a mulher à sua imagem e semelhança. Vendo que o homem estava só, Deus deu-lhe uma companheira: “Não é bom que o homem esteja só. Vou fazer uma auxiliar que lhe corresponda” (Gênesis 2, 18)¹. Assim, Deus cria o homem e a mulher para uma intrínseca relação e união, à semelhança da Trindade (cf. *Gaudium et Spes*, nº 12)². Em consonância, o Compêndio da Doutrina Social da Igreja afirma:

A importância e a centralidade da família, em vista da pessoa e da sociedade, são repetidamente sublinhadas na Sagrada Escritura [...] Desde os textos que narram a criação do homem, vem à tona como – no desígnio de Deus – o casal constitui a

¹ Em todo o trabalho, utilizaremos a tradução da Bíblia de Jerusalém. A partir dessa citação, esse Livro será citado com a abreviação “Gn”, conforme indicado no siglário.

² A partir dessa citação, esse documento será citado com a abreviação “GS”, conforme indicado no siglário.

primeira forma de comunhão de pessoas (Compêndio da Doutrina Social da Igreja, nº 209)³.

No Antigo Testamento, a família e o matrimônio são amplamente abordados. No Livro do Gênesis, encontramos a concepção da família no relato da criação. Deus criou o homem e a mulher para viverem em profunda relação: “Por isso, o homem deixa seu pai e sua mãe, se une à sua mulher, e eles se tornam uma só carne” (Gn 2, 24). À vista disso, o conceito de união que se desenvolve como união matrimonial é o seio da família. Logo, da relação entre o homem e a mulher, nasce uma relação familiar (cf. Gn 2, 18-20).

Ao falar do relato da criação presente em Gênesis, Anselmo C. Paiva apresenta que:

Portanto, na criação da mulher está inscrito desde o início, o princípio do auxílio: auxílio não unilateral, mas recíproco. A mulher é complemento do homem, como o homem é complemento da mulher: mulher e homem são entre si complementares. A feminilidade realiza o “humano” tanto como a masculinidade, mas com uma modulação distinta e complementar. Quando o livro do Gênesis fala de auxiliar, não se refere só ao âmbito do “agir”, mas também ao do “ser”.⁴

Com isso, a união esponsal garante a complementação do homem e da mulher. Ambos são chamados a viver em uma intrínseca relação de amor, complementando-se mutuamente. O matrimônio gera um novo seio familiar, em que os cônjuges deixam seus pais e constituem uma família. Dessa forma, a relação do casal gera uma relação maior, pois, da relação matrimonial, nascem os filhos. A relação complementar entre o homem e a mulher se amplia para uma relação familiar, em que os filhos são frutos dessa relação (cf. Gn 2, 18-24).

Na criação do homem e da mulher e na união matrimonial, Deus cria a família. Por isso, a relação familiar que se estabelece é uma relação de amor:

A família é importante e central em relação à pessoa. Neste berço da vida e do amor, o homem nasce e cresce; quando nasce uma criança, à sociedade é oferecido o dom de uma nova pessoa, que é chamada, desde o seu íntimo, à comunhão com os outros e à doação aos outros. Na família, portanto, o dom recíproco de si por parte do homem e da mulher unidos em matrimônio cria um ambiente de vida, no qual a criança pode nascer e desenvolver as suas potencialidades, tornar-se consciente da sua dignidade e preparar-se para enfrentar o seu único e irrepetível destino (CDSI, nº 212).

Assim, a família é a primeira sociedade natural, instituída no relato da criação (cf. CDSI, nº 209). A partir de então, como narra a história bíblica, a relação que Deus constrói com o povo vai se ampliando. No relato do dilúvio, aparece o conceito de aliança, que foi

³ A partir dessa citação, esse documento será citado com a abreviação “CDSI”, conforme indicado no siglário.

⁴ PAIVA, Anselmo de Chaga de. **O sacramento do matrimônio e as causas de nulidade**. São Paulo: Paulus, 2018, p. 15.

estabelecida por Deus com Noé: “Mas estabelecerei minha aliança contigo e entrarás na arca, tu e teus filhos, tua mulher e as mulheres de teus filhos contigo” (Gn 6,18). Contudo, essa aliança se realiza depois do dilúvio, sendo um sinal de Iahweh:

Eis que estabeleço minha aliança convosco e com os vossos descendentes depois de vós, e com todos os seres animados que estão convosco: aves, animais, todas as feras, tudo o que saiu da arca convosco, todos os animais da terra. Estabeleço minha aliança convosco: tudo o que existe não será mais destruído pelas águas do dilúvio; não haverá mais dilúvio para devastar a terra. Disse Deus: “Eis o sinal da aliança que instituo entre mim e vós e todos os seres vivos que estão convosco, para todas as gerações futuras: porei meu arco na nuvem e ele se tornará um sinal da aliança entre mim e a terra. Quando eu reunir as nuvens sobre a terra e o arco aparecer na nuvem, eu me lembrarei da aliança que há entre mim e vós e todos os seres vivos: toda carne e as águas não mais se tornarão um dilúvio para destruir toda carne. Quando o arco estiver na nuvem, eu o verei e me lembrarei da aliança eterna que há entre Deus e os seres vivos com toda carne que existe sobre a terra (Gn 9, 9-16).

Convém ressaltar que o conceito de aliança estabelecido em Noé perpassa a história da salvação ao longo do Antigo Testamento, perdurando até a Nova Aliança, instituída por Jesus Cristo no Novo Testamento.

Depois do dilúvio, a história da salvação construída com os patriarcas se desenvolve também no seio familiar. De fato, com Abraão, a história da salvação se inicia com o nascimento de uma família, o que leva ao nascimento de uma nação. A relação de Deus para com essa nação se fundamenta na compreensão familiar dos patriarcas. Assim, com a promessa divina a Abraão de uma numerosa descendência (cf. Gn 15, 5). Tal relação entre Deus e seu povo se insere no âmbito familiar.

Com isso, notamos que, no relato da vocação de Abraão, Iahweh deseja constituir um povo. Na vocação de Abraão, na benção e na promessa da terra, é notória a ideia de construir uma nação com a qual Deus manterá uma relação paterna:

Iahweh disse a Abrão: “Deixa tua terra, tua parentela e a casa de teu pai, para a terra que eu te mostrarei. Farei de ti uma grande nação e te abençoarei; tornarei grande o teu nome, sê tu uma bênção! Abençoarei os que te abençoarem e amaldiçoarei quem te amaldiçoar. Por ti serão abençoadas todas as famílias da terra” (Gn 12, 1-3).

O relato bíblico dos patriarcas se dá a partir dessa compreensão de povo eleito de Deus. Por isso, Deus estabelece também com Abraão uma aliança. Com efeito, na descendência de Abraão, Iahweh faz aliança, que é compreendida como a eleição de um povo:

Não, mas tua mulher Sara te dará um filho: tu o chamarás Isaac; estabelecerei minha aliança com ele, como uma aliança perpétua, para ser seu Deus e o de sua raça depois dele. Em favor de Ismael também, eu te ouvi: eu o abençoo, o tornarei fecundo, o farei

crescer extremamente; gerará doze príncipes e dele farei uma grande nação. Mas minha aliança eu a estabelecerei com Isaac, que Sara dará à luz no próximo ano, nesta estação (Gn 17, 19-21).

Assim sendo, a aliança que Iahweh estabelece com Abraão e com sua descendência se concretiza como a eleição do povo de Deus, sendo a circuncisão o sinal da aliança. Desse modo, a descendência de Abraão é chamada a observar a aliança instituída: “E eis a minha aliança, que será observada entre mim e vós, isto é, tua raça depois de ti: todos os vossos machos sejam circuncidados. Fareis circuncidar a carne de vosso prepúcio, e este será o sinal da aliança entre mim e vós.” (Gn 17, 10-11). Essa aliança firmada com a descendência de Abraão perpassa a história dos patriarcas Isaac e Jacó.

Com a quebra da aliança pelo povo, Iahweh busca reestabelecer essa relação. No relato da vocação de Moisés, Deus se recorda de seu povo e se propõe a libertá-lo da escravidão do Egito (cf. Exêdo 2, 23-25)⁵. Com Moisés, Deus conduz seu povo eleito em um êxodo que perdura quarenta anos. Assim, durante esse tempo, o povo se pôs a caminho pelo deserto até entrar na terra prometida. Os quarenta anos foi, para o povo, um tempo de purificação, em que Deus o preparava. Nesse ínterim, Iahweh reestabelece a aliança com o povo no Monte Sinai ao dar-lhe o decálogo e as leis, para, a partir deles, regê-lo (cf. Ex 19, 1-8).

Com efeito, a aliança estabelecida no Monte Sinai propõe ao povo um compromisso de fidelidade, no qual a observância da Lei é critério para se manter a relação com Deus. Os Dez Mandamentos expressam, pois, o profundo amor de Deus para com seu povo. À vista disso, em um ato de misericórdia, Deus quer resgatar seus eleitos do pecado, de modo que a Lei é um conjunto de instruções que ajuda o povo a permanecer em comunhão e relação direta com Deus.

Assim dirás à casa de Jacó e declararás aos filhos de Israel: “Vós mesmos vistes o que eu fiz aos egípcios, e como vos carreguei sobre asas de águia e vos trouxe a mim. Agora, se ouvirdes a minha voz e guardardes a minha aliança, sereis para mim uma propriedade peculiar entre todos os povos, porque toda a terra é minha. Vós sereis para mim um reino de sacerdotes e uma nação santa”. Estas são as palavras que dirás aos filhos de Israel (Ex 19, 3-6).

Posto isso, a aliança sinaítica restabelecida com o povo tem como sinal o Decálogo. A observância da Lei é, portanto, o sinal de fidelidade para com Deus. Desse modo, ao cumprir o Decálogo de maneira livre, pode-se permanecer em intrínseca relação com Deus. Essa relação lhes proporciona ser o povo eleito de Iahweh. Nas palavras de Paiva (2018):

⁵ A partir dessa citação, esse Livro será citado com a abreviação “Ex”, conforme indicado no siglário.

Para compreender corretamente as relações de Deus com seu povo, tais como são definidas pela aliança sinaítica, é preciso estabelecer um confronto com a aliança de um homem e uma mulher no momento de seu matrimônio. Isso constitui, para a noção de aliança, um enriquecimento considerável, pois ela adquire assim uma ressonância afetiva. Israel e seu Deus estão ligados pelo coração, e não somente pelo direito. Disso resulta também uma consequência de grande alcance: as relações de Deus com Israel tornam-se imagem das relações do homem com a mulher no matrimônio, isto é o arquétipo sagrado do casal humano.⁶

No decorrer da história da salvação, Israel quebra a aliança com Iahweh diversas vezes. Todavia, Deus, em sua infinita misericórdia, perdoa os pecados de seu povo, reestabelecendo com ele a aliança e o chamando à fidelidade e à observância da Lei. Diante disso, podemos enxergar o pecado do povo e a consequente ruptura da aliança a partir do modelo da família. Assim, o rompimento do povo de Israel com Deus se assemelha com o rompimento de uma relação familiar, bem como a família torna-se também exemplo de postura que se deve readquirir para voltar à Deus.

Com efeito, a Literatura Profética toma o matrimônio como símbolo para expressar a profunda relação de Deus com o povo de Israel⁷: “Oseias, contudo, é o primeiro a representar sob a imagem da união conjugal as relações de Iahweh com o seu povo desde a Aliança do Sinai, e a qualificar a traição idolátrica de Israel, não apenas de prostituição, mas de adultério”⁸. À vista disso, o profeta Oseias desenvolve amplamente sobre o matrimônio, relacionando-o com a união que Deus quer fazer com o seu povo (cf. Oseias 1, 1-9)⁹.

Considerando esse paralelo, Israel é apresentado nas profecias de Oseias como a esposa infiel, que constantemente comete adultério. A mulher de Oseias, Gomer, representa Israel, que se prostitui com outros deuses. No contexto do Livro de Oseias, o povo eleito vive próximo ao povo cananeu, que cultua Baal, deus da fertilidade. Assim, o povo de Israel constantemente cai nas práticas e cultos dos cananeus, e tais atitudes são chamadas, nas profecias, de adultério e de prostituição.

Quero correr atrás de meus amantes, daqueles que me dão o meu pão e a minha água, a minha lã e o meu linho, o meu óleo e a minha bebida. Por isso cercarei o seu caminho com espinhos e o fecharei com uma barreira, para que não encontre suas sendas. Perseguirá seus amantes, sem os alcançar, procurá-los-á, mas não os encontrará. Dirá então: Quero voltar ao meu primeiro marido, pois eu era outrora mais feliz do que agora. Mas ela não reconheceu que era eu quem lhe dava o trigo, o mosto e o óleo, quem lhe multiplicava a prata e o ouro que eles usavam para Baal (Os 2, 7-10).

⁶ PAIVA 2018, p. 14-15.

⁷ Cf. Ex 34, 16. Is 1, 21. Jr 2, 2; 3,6-12. Ez 16 e 23. Is 50, 1; 54, 6-7.

⁸ Nota de rodapé “B” do Livro de Oséias, capítulo 1, da Bíblia de Jerusalém.

⁹ A partir dessa citação, esse Livro será citado com a abreviação “Os”, conforme indicado no siglário.

Por isso, o matrimônio é usado para rotular como adultério a postura de Israel para com Deus: “Quando Iahweh começou a falar a Oseias, disse-lhe Iahweh: ‘Vai, toma para ti uma mulher prostituída e filhos da prostituição, pois a terra não faz senão prostituir-se, afastando-se de Iahweh’” (Os 1, 2).

Contudo, nas profecias de Oseias, a família é tomada como exemplo também para expressar a relação de fidelidade que Deus quer reestabelecer com Israel. Inicialmente, o texto apresenta o povo como adúltero e filho da prostituição. Porém, a mensagem da profecia mostra o estado em que se encontra Israel, dando-lhe consciência do pecado que comete e propondo-lhe a aliança de volta por meio da observação da Lei:

Disse-me Iahweh: “Vai novamente, ama uma mulher que ama um outro e que comete adultério, como Iahweh ama os filhos de Israel, embora estes se voltem para os deuses estrangeiros e gostem dos bolos de passa”. Comprei-a por quinze siclos de prata e um ômer e meio de cevada e lhe disse: “Por muitos dias ficarás em casa para mim, não te prostituirás nem te entregarás a homem algum, e eu farei o mesmo contigo”. Porque, por muitos dias ficarão os filhos de Israel sem rei, sem chefe, sem sacrifício, sem estela, sem efod e sem terafim. Depois disso os filhos de Israel voltarão e procurarão a Iahweh, seu Deus, e a Davi, seu rei; voltarão tremendo a Iahweh e a seus bens no fim dos dias (Os 3, 1-5).

Assim, as profecias de Oseias levam o povo a enxergar o estado em que vive, demonstrando que Iahweh deseja reestabelecer a relação com Israel. De fato, a terceira parte do relato do livro mostra que Deus chama o povo a voltar à fidelidade da Lei (cf. Os 14, 2-9). Nesse sentido, o matrimônio e a família são tomados como modelo de fidelidade e união; é o modo de relação que Deus quer instituir com o povo.

Posto isso, considerando os livros bíblicos supracitados, percebemos que Deus busca reestabelecer a aliança instituída, por meio da qual deseja construir uma relação com a humanidade. Essa relação tem como princípio o amor de Deus por nós, que, em sua misericórdia divina, busca salvar o homem do pecado.

Em suma, na história da salvação, Iahweh, no Antigo Testamento, manifesta-se ao povo, mostrando o pecado que comete e propondo um caminho de salvação. Por diversas vezes, Deus olhou com misericórdia, perdoou os pecados de seu povo e o libertou da escravidão. Por sua vez, no Novo Testamento, encontramos o ápice da revelação divina na encarnação do Verbo. A aliança instituída com o povo será instaurada no Novo Testamento como a Nova e Eterna aliança.

1.2 O SENTIDO TEOLÓGICO DA FAMÍLIA NO NOVO TESTAMENTO

O Novo Testamento se vale também da família como modelo paradigma para descrever a relação entre Deus e seu povo. Entretanto, a relação é ilustrada inversamente: o matrimônio e a família são interpretados a partir de Deus, não mais o contrário. Esse fato intensifica a ideia de que a aliança de Deus para com o povo é uma relação matrimonial, à semelhança da Sagrada Família.

No Evangelho de São João, a ideia da relação matrimonial é posta já no segundo capítulo com o relato das núpcias de Caná. Na ocasião, houve o primeiro milagre de Jesus, no qual Ele transformou água em vinho (cf. João 2, 12)¹⁰. No capítulo seguinte, João Batista, ao apresentar Jesus como esposo, anuncia o modelo de aliança que se desenvolverá: “O que tem a esposa é o esposo; mas o amigo do esposo, que está presente e o escuta, exulta de alegria ao ouvir a voz do esposo. Esta alegria é minha, e ela é completa” (Jo 3, 29).

Também os outros Evangelhos desenvolvem a relação sponsal de Deus para com o povo. No Evangelho de São Mateus, o próprio Jesus apresenta-se como esposo: “Jesus respondeu-lhes: ‘Por acaso os amigos do esposo podem estar de luto enquanto o esposo está com eles? Dias virão em que o esposo lhes será tirado, e então jejuarão’” (Mateus 9,15)¹¹. Da mesma forma, podemos encontrar essa compreensão nos Evangelhos de São Marcos e São Lucas.

No Evangelho de São Lucas, a ideia sponsal é apresentada como o banquete no Reino de Deus: “Feliz aquele que tomar refeição no Reino de Deus!” (Lucas 14,15)¹². O Evangelho trata a relação sponsal como o banquete do Cordeiro, em que os convidados são todos aqueles que deixam os seus afazeres para dar atenção ao esposo:

Um homem deu um grande banquete e convidou muitas pessoas. À hora da ceia, enviou seu servo para dizer aos convidados: ‘Vinde, pois tudo já está pronto’. “Mas todos, um por um, começaram a desculpar-se. O primeiro lhe disse: ‘Comprei um campo e preciso ir vê-lo; peço-te que me dê por desculpado.’ Outro disse: ‘Comprei cinco juntas de bois e vou experimentá-los; peço-te que me dê por desculpado.’ Ainda outro disse: ‘Casei-me e por isso não posso ir. O servo voltou e contou isso ao seu senhor. Então o dono da casa, indignado, disse ao seu servo: ‘Sai depressa às praças e ruas da cidade e traze para cá os pobres, aleijados, cegos e coxos’”. “O servo disse: ‘Senhor, foi feito como ordenaste, e ainda há lugar.’ O senhor disse ao servo: ‘Sai pelos caminhos e cercas e obriga-os a entrar, para que minha casa fique cheia. Pois eu vos digo: nenhum daqueles homens que haviam sido convidados provará da minha ceia (Lc 14, 15-24).

¹⁰ A partir dessa citação, esse Livro será citado com a abreviação “Jo”, conforme indicado no siglário.

¹¹ A partir dessa citação, esse Livro será citado com a abreviação “Mt”, conforme indicado no siglário.

¹² A partir dessa citação, esse Livro será citado com a abreviação “Lc”, conforme indicado no siglário.

Tal parábola deixa claro que todos são chamados a participar do banquete do Cordeiro, mas poucos se mostram dispostos, visto que se encontram ocupados e sem tempo para Deus. Essa passagem demonstra que o povo se esqueceu de Deus, quebrando, assim, a relação com Ele. Deus, em contrapartida, quer desenvolver uma relação sponsal, a qual deve ser vivida no dia a dia de seu povo. Deus quer, portanto, uma relação familiar, uma relação sponsal que manifeste seu amor para com seu povo, que é formado por seus filhos adotivos em Jesus Cristo.

Nesse sentido, a Sagrada Família apresenta um modelo de relação familiar. Nela, a partir da Anunciação a Virgem Maria, o Verbo se encarna, nasce o menino Jesus, que passa a viver em um seio familiar. Com efeito, na humilde Família de Nazaré, Deus se fez Homem, assumiu a condição humana, sendo gerado e inserido em uma família.

Assim, se, no Antigo Testamento, a revelação divina, sobretudo por meio dos profetas, usou da união matrimonial para falar da fidelidade e da relação familiar, a fim de, com isso, estabelecer uma relação salvífica com o povo, Deus, no Novo Testamento, faz-se família. O Verbo torna-se criança, que precisa ser cuidada, nutrida e educada. Deus, criador de todas as coisas, passa a ser cuidado por um pai e por uma mãe, submetendo-se a eles em significativa obediência e amor recíproco.

À vista dessa realidade, Jesus recebe dos pais valores nutridos no seio familiar. Valores que revelam uma relação estabelecida a partir do amor dos pais, em obediência à Lei e fiel à aliança, expressando um modelo social de comunhão fraterna. A Sagrada Família é, pois, o exemplo de relação que Jesus quer estabelecer com a Igreja, sua esposa. Da mesma maneira, Ele deseja estabelecer individualmente uma relação com os membros dessa Igreja, os quais são seus filhos por adoção. Os frutos da relação familiar de Jesus com a Igreja são os filhos que nascem para o Reino dos Céus, fiéis à Nova e Eterna Aliança.

Em linhas gerais, o Novo Testamento apresenta Jesus Cristo como Esposo da Igreja. A partir dessa compreensão sponsal, a teologia se debruça sobre a família e o matrimônio, tendo Jesus como o modelo de esposo a ser seguido. Diante disso, a Igreja, partindo dos textos bíblicos, apresenta como caminho sua sponsalidade com Cristo. Nesse cenário, a relação familiar é vista à luz da Sagrada Família, que tem como exemplo a relação sponsal da Igreja com Jesus. O modelo familiar se fundamenta, assim, no amor de Cristo pela Igreja.

1.3 O SENTIDO TEOLÓGICO DA FAMÍLIA NAS EPÍSTOLAS DE SÃO PAULO

A teologia paulina apresenta essencialmente a doutrina cristã, de modo que, em suas cartas, encontramos o que poderia ser chamado de “evangelho segundo São Paulo”. Convém

destacar que a missão apostólica de São Paulo é legítima e atestada pelos apóstolos. Por isso, sua teologia se aproxima do que encontramos nos Evangelhos, mesmo que algumas de suas cartas tenham sido escritas antes deles. Isso, sem dúvida, atesta a teologia paulina, visto que seu apostolado anuncia o Evangelho, que lhe foi dado de modo fidedigno.

Dessa maneira, referente ao âmbito familiar, São Paulo desenvolve uma teologia semelhante ao que encontramos nos quatro Evangelhos. Na literatura paulina, deparamo-nos também com a compreensão da família como reflexo de Deus. Com efeito, na Epístola aos Efésios, ele apresenta Cristo como modelo do amor conjugal. À vista disso, os conjugues devem se amar como Cristo ama a Igreja. Na Epístola aos Colossenses, São Paulo faz exortações sobre a moral doméstica, colocando Cristo como modelo de amor:

Vós, mulheres, submetei-vos aos maridos como convém no Senhor. Maridos, amai as vossas mulheres e não as trateis com mal humor. Filhos, obedecei a vossos pais em tudo, pois isto é agradável no Senhor. Pais, não irriteis os vossos filhos, para que eles não desanimem (Colossenses 3, 18-21)¹³.

Com isso, a moral familiar desenvolvida por São Paulo se fundamenta no amor de Jesus Cristo pela Igreja. Assim como nos Evangelhos, Cristo é compreendido como o Esposo, sendo a Igreja sua noiva. O amor de Cristo para a Igreja é, pois, tomado como exemplo a ser seguido pelos esposos, que são convidados a serem verdadeiros discípulos de Cristo (cf. Efésios 5, 21-31)¹⁴.

Igualmente, o amor e a obediência que a Igreja manifesta à Jesus também são tomados como exemplos para as esposas, que devem ser verdadeiras discípulas de Cristo. A obediência apresentada por São Paulo não se trata de uma inferioridade da mulher para com o marido, mas de um perfeito amor, fundado no amor de Cristo para com a Igreja. Nessa relação, a Igreja, obediente, segue seu esposo, tornando-se o corpo místico de Cristo (cf. Ef 5, 32).

Com a compreensão do verdadeiro amor conjugal, a exemplo do amor sponsal de Cristo pela Igreja, a moral familiar paulina trata amplamente do matrimônio e da família. As exortações, contudo, não se restringem aos esposos, pois há também recomendações para os filhos. Assim, a responsabilidade familiar também diz respeito à educação dos filhos, que deve ser guiada numa relação de discípulos de Cristo.

Filhos, obedecei aos vossos pais, no Senhor, pois isso é justo. Honra a teu pai e a tua mãe – é o primeiro mandamento com promessa – para seres feliz e teres uma longa

¹³ A partir dessa citação, essa Carta será citada com a abreviação “Cl”, conforme indicado no siglário.

¹⁴ A partir dessa citação, essa Carta será citada com a abreviação “Ef”, conforme indicado no siglário.

vida sobre a terra. E vós, pais, não deis a vossos filhos motivo de revolta contra vós, mas criai-os na disciplina e correção do Senhor (Ef 6, 1-4).

Posto isso, toda a teologia paulina, assim como a familiar, consiste em levar as pessoas a serem verdadeiras discípulas de Cristo por meio da santificação, como o próprio São Paulo fez (cf. 1Coríntios 11, 1)¹⁵. São Paulo, como imitador de Cristo, desenvolve uma teologia acerca da família, tendo Cristo como exemplo. Dessa forma, a relação familiar que São Paulo apresenta tem como cabeça o amor esponsal de Cristo para com a sua Igreja.

Para concluir, a reflexão que se desenvolveu neste capítulo demonstrou que a teologia familiar tem profundos fundamentos na Sagrada Escritura, cuja base teológica é inserida na criação e no projeto salvífico de Deus. A família é apresentada no Antigo Testamento como modelo primário de comunhão desejada por Deus. Assim, no relato da criação se evidencia o valor da família que se desenvolve também como modelo da aliança no plano da salvação. Na literatura profética a família é tomada como símbolo, seja da fidelidade de Deus, seja da infidelidade do povo ao quebrar a aliança. Desse modo, a relação esponsal, sobretudo na literatura profética é tomada como exemplo para descrever a relação de Deus com o seu povo, que em constatare misericórdia busca restaurar a comunhão e a aliança rompida.

O Novo Testamento manifesta a plenitude da revelação do projeto salvífico em Jesus Cristo, e essa revelação se apresenta na relação de Cristo com a Igreja, assumindo a condição humana no seio familiar. A partir de Jesus Cristo a família passa de exemplo para sinal concreto da Nova e Eterna Aliança, cuja missão é revelar o amor esponsal entre Cristo e a Igreja, isto é, a manifestar a Relação de Deus com o seu povo. Na teologia paulina essa compreensão aparece com mais profundidade, uma vez que desenvolve o matrimônio e a vida familiar na dinâmica do discipulado cristão. Desse modo o seio familiar cristão é apresentado como verdadeiro canal da graça divina, onde o Reino de Deus se manifesta e atualiza o mistério da salvação.

¹⁵ A partir dessa citação, essa Carta será citada com a abreviação “1Cor”, conforme indicado no siglário.

2 O ENSINAMENTO DO MAGISTÉRIO DA IGREJA SOBRE A FAMÍLIA

“Dirigi-vos, antes, às ovelhas perdidas da casa de Israel. Dirigindo-vos a elas, proclamai que o Reino dos Céus está próximo”.
Mateus 10, 6-7.

O segundo capítulo desenvolverá um caminho reflexivo à luz do Magistério da Igreja, com a intenção de mostrar os seus ensinamentos sobre o matrimônio e a família. Para isso, abordará a concepção de “povo de Deus” e a visão sobre “os leigos” que se desenvolveu acerca da missão do laicato na Igreja nos Documentos do Concílio Vaticano II, em seguida, o capítulo recorreu ao Compêndio da Doutrina Social da Igreja e ao Catecismo da Igreja Católica, para mostrar os ensinamentos destes documentos em relação a família.

Após este percurso pedagógico, o capítulo enfatizará as reflexões e contribuições sobre a família no pontificado do Papa João Paulo II. Nesta sequência, apresentam-se também os ensinamentos da temática família no pontificado do Papa Francisco. Os dois Papas mencionados contribuíram significativamente com uma profunda reflexão teológica em relação a família. Posteriormente, o capítulo recorreu a dois documentos importantes que discutem a questão da família na Igreja do Brasil: o Documento de Aparecida e o Diretório da Pastoral Familiar, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

O ensinamento do Magistério da Igreja está pautado no que a Sagrada Escritura enfatiza. Assim, o que o Magistério apresenta tem como base todo o ensinamento bíblico, a qual se soma a Sagrada Tradição. Toda a literatura patrística contribuiu grandemente com a teologia do Magistério. Contudo, sobre o tema da família, limitamos apenas a uma breve citação de Santo Agostinho, visto que ele fez uma síntese geral sobre o assunto na obra *De bono coniugali*: “o tratado sobre Os bens do matrimônio de santo Agostinho é a única síntese expressamente dedicada ao tema do matrimônio em toda a patrística”¹⁶.

Cada homem é uma parte do gênero humano, e a natureza humana é sociável e encerra em si um bem excelente e natural, que força à amizade. Assim, quis Deus que todos os homens procedessem de um só, a fim de que na sua sociedade estivessem ligados entre si, não só pela semelhança da natureza, mas também pelos laços do parentesco. A primeira sociedade foi constituída por um homem e uma mulher. Deus não os criou separadamente, unindo-os depois como dois estranhos. Do homem tirou a mulher, manifestando assim a força da união no lado, do qual foi extraída e formada a mulher (Gn 2,21). Pelos lados se unem dois que caminham juntos, e se dirigem ao mesmo ponto. Os filhos vêm estreitar os laços desta sociedade, e são fruto honesto, não da

¹⁶ FRANGIOTTI, Roque. OLIVEIRA, Nair de Assis, CSA. Introdução do Livro *De bono coniugali*. São Paulo. Paulus: 2000, p. 20.

simples união, senão da união carnal do homem e da mulher. Ainda sem a união carnal, poderia dar-se entre os dois sexos uma união amical e fraterna, na qual o homem fosse o dirigente e a mulher obsequiosa e obediente¹⁷.

Para abordar o ensinamento do Magistério da Igreja sobre o lugar da família no Reino de Deus, faz-se necessário olhar para o que a Igreja compreende de si mesma, e assim o que ela apresenta para as famílias. Nos Evangelhos é claro o anúncio de Jesus, que convida todo homem a participar do Reino de Deus. Jesus envia os apóstolos a continuarem o seu anúncio: “ide, portanto, e fazei que todas as nações se tornem discípulos, batizando-as em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo” (Mt 28, 19). Assim, a Igreja continua a missão apostólica de anunciar o Reino de Deus.

2.1 O CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II

A Constituição Dogmática *Lumen Gentium* afirma, a partir da compreensão de que Jesus Cristo é a luz dos povos, a missão da Igreja é fazer refletir essa luz em todas as nações. Para isso, ela deve se empenhar no anúncio do Evangelho. Assim, “a Igreja é em Cristo como que o sacramento, isto é, sinal e instrumento, da união íntima com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (*Lumen Gentium*, 1)¹⁸. Sabendo-se sacramento, ou seja, sinal para os povos, a Igreja entende que sua tarefa é anunciar o Reino:

Quando Jesus, depois de haver sofrido a morte na cruz pelos homens, ressuscitou, apareceu como Senhor, Messias e Sacerdote eterno, e derramou sobre os seus discípulos o Espírito prometido pelo Pai. A partir de então a Igreja, enriquecida pelos dons do seu fundador e observando fielmente os seus preceitos de caridade, de humildade e de abnegação, recebe a missão de anunciar e instaurar em todas as gentes o reino de Cristo e de Deus, e constitui ela própria na terra o germe e o início deste reino. Entretanto, no seu lento crescer, aspira ao reino perfeito, e com todas as suas forças espera e deseja unir-se ao seu Rei na glória (LG, 5).

À vista disso, toda a compreensão da Igreja se desenvolve a partir de sua identidade sacramental e missionária de anunciar o Reino de Deus. Nesse sentido, a *Lumen Gentium* resgata o modelo de anunciar o Reino por figuras, como a família, apresentando as imagens da Igreja como pedagoga (cf. LG, 6). Diante desse fato, tal documento desenvolve a concepção de “povo de Deus”, com o qual é estabelecida a Nova Aliança em Cristo Jesus. Assim, Deus quis constituir um povo eleito:

¹⁷ *De bono coniugali*, cap. I, 1.

¹⁸ As citações seguintes serão referenciadas com a abreviação “LG”, conforme indicado no siglário, seguida do número do parágrafo.

Aprove, no entanto, a Deus santificar e salvar os homens, não individualmente, excluindo toda a relação entre os mesmos, mas formando com eles um povo, que o conhecesse na verdade e o servisse em santidade. E assim escolheu Israel para seu povo, estabeleceu com ele uma aliança, e o foi instruindo gradualmente, manifestando, na própria história do povo, a si mesmo e os desígnios da sua vontade e santificando-o para si. Tudo isto aconteceu como preparação e figura daquela aliança nova e perfeita, que haveria de ser selada em Cristo, e da revelação mais plena que havia de ser comunicada pelo próprio Verbo de Deus, feito carne. “Eis que dias virão, oráculo de Javé, em que selarei com a casa de Israel (e com a casa de Judá) uma aliança nova... Eu porei minha lei no seu seio e a escreverei no seu coração. Então eu serei o seu Deus e eles serão meu povo. Todos me conhecerão dos menores aos maiores, oráculo de Javé” (Jr 31,31-34). Cristo estabeleceu este novo pacto, isto é, a nova aliança do seu sangue (cf. 1Cor 11,25), formando, dos judeus e dos gentios, um povo que realizasse a sua própria unidade, não segundo a carne, mas no Espírito, e constituísse o novo povo de Deus. Os que creem em Cristo, renascidos de uma semente não corruptível, mas incorruptível pela palavra do Deus vivo (cf. 1Pd 1,23), não da carne, mas da água e do Espírito Santo (cf. Jo 3,5-6), constituem “uma raça eleita, um sacerdócio real, uma nação santa, o povo de sua particular propriedade... que outrora não o era, mas agora é o povo de Deus” (LG, 9).

O conceito de “povo de Deus” estabelece uma identidade clara de Igreja; identidade essa que ilumina a sua missão no mundo e o caminho a ser feito. Assim como o povo de Israel caminhou no deserto para chegar à terra prometida, a Igreja, o novo povo, caminha para a Jerusalém Celeste (cf. Ap 21, 1-4). A Igreja é o povo eleito de Deus, estabelecido na Nova e Eterna Aliança, que tem Cristo por cabeça.

Ao discorrer a respeito da natureza e missão dos leigos, a *Lumen Gentium* afirma que eles são incorporados em Cristo pelo batismo, constituindo o povo de Deus. Com isso, os leigos têm o seu lugar na missão da Igreja no mundo (cf. LG, 31). Sobre o seu papel na evangelização e missão da Igreja, o documento conciliar postula:

Aos leigos compete, por vocação própria, buscar o reino de Deus, ocupando-se das coisas temporais e ordenando-as segundo Deus. Vivem no mundo, isto é, no meio de todas e cada uma das atividades e profissões, e nas circunstâncias ordinárias da vida familiar e social, as quais como que tecem a sua existência. Aí os chama Deus a contribuírem, do interior, à maneira de fermento, para a santificação do mundo, através de sua própria função; e, guiados pelo espírito evangélico e desta forma, a manifestarem Cristo aos outros, principalmente com o testemunho da vida e o fulgor da sua fé, esperança e caridade. A eles, portanto, compete muito especialmente esclarecer e ordenar todas as coisas temporais, com as quais estão intimamente comprometidos, de tal maneira que sempre se realizem segundo o espírito de Cristo, se desenvolvam e louvem o Criador e o Redentor (LG, 31).

A participação dos leigos no anúncio do Reino é apresentada como essencial. Visto que estão inseridos nas atividades do mundo, os leigos são chamados a santificar, por meio do testemunho, as realidades em que estão imersos (cf. DOCUMENTO CNBB 105, n. 13)¹⁹. Faz

¹⁹ DOCUMENTO DA CNBB 105: Cristãos leigos e leigas na Igreja e na Sociedade. Edições Paulinas. São Paulo, 2016, p. 21.

parte da vocação laical testemunhar Cristo, buscar a santidade e santificar as realidades temporais. Como membros do Corpo de Cristo, eles têm também funções específicas na ação da Igreja. Desse modo, a missão dos leigos soma-se à missão dos pastores, que, unidos em um só povo de Deus, evangelizam os povos, fazendo, assim, brilhar a luz de Cristo ao anunciar o Reino de Deus.

Os leigos, portanto, como por designação divina, têm a Cristo como irmão, o qual, mesmo sendo o Senhor de todas as coisas, veio não para ser servido, mas para servir, assim também têm como irmãos aqueles que, constituídos no sagrado ministério e ensinando, santificando e governando por autoridade de Cristo a família de Deus, de tal modo a apascentam que todos cumpram o preceito novo da caridade (LG, 32).

Com efeito, a missão da Igreja de propagar o Reino de Deus é realizada por todos os seus membros. Por isso, os leigos são chamados a cooperar ativamente na evangelização e na santificação do mundo junto com os ministros sagrados. Não à toa, a Igreja é chamada de família de Deus, na qual os leigos e os ministros sagrados compõem o Corpo Místico de Cristo. Igreja e família formam uma unidade pastoreada pelos ministros sagrados (cf. LG, 33).

Desse modo, os leigos, por vocação, participam da missão salvífica da Igreja. Eles recebem, pelos sacramentos, a graça de realizar e o dever de exercer a caridade para com todos no anúncio do Evangelho: “Assim todo o leigo, por virtude dos dons que recebeu, é ao mesmo tempo instrumento vivo da missão da própria Igreja, segundo a medida do dom de Cristo” (LG, 33). À vista desse fato, a missão dos leigos também é continuidade do testemunho e do ministério de Cristo. Eles são vivificados e impelidos pelo Espírito Santo para exercerem sua missão. Unidos à missão de Jesus, participam do múnus sacerdotal de Cristo. Sendo consagrados e ungidos no batismo, a vocação laical contribui com o Reino de Deus e com a salvação dos homens. Na ação do Espírito Santo, os leigos geram inúmeros frutos (cf. LG, 34).

Na vocação e missão dos leigos, encontramos a vocação e a missão da família, que, pelo sacramento do matrimônio, recebe a graça específica de dar testemunho e de anunciar o Evangelho:

Neste particular, tem grande importância aquele estado de vida que é santificado por um sacramento especial, isto é, a vida matrimonial e familiar. Nela se encontra um exercício e uma altíssima escola de apostolado dos leigos, quando a religião cristã penetra toda a organização da vida e a transforma cada dia mais. Nela têm os cônjuges própria vocação para serem, um para o outro e para os filhos, testemunhas da fé e do amor de Cristo. A família cristã proclama em alta voz as virtudes presentes do reino de Deus, a esperança da vida plena. Assim com seu exemplo e seu testemunho acusa o mundo de pecado e ilumina aqueles que procuram a verdade (LG, 35).

A vida matrimonial e a família exercem a vocação laical de modo mais intenso. O testemunho da família, no mundo, penetra realidades sociais e proclama a verdade do Evangelho, anunciando a fé e o amor de Deus. O testemunho da família, mediante a graça e os frutos do matrimônio, proclama o Reino de Deus.

Na verdade, o Senhor deseja dilatar, também pela atividade dos fiéis leigos, o seu reino, reino “de verdade e de vida, reino de santidade e de graça, reino de justiça, de amor e de paz”; e neste reino também o mundo criado será libertado das cadeias da corrupção para entrar na liberdade da glória dos filhos de Deus (LG, 36).

Desse modo, os leigos, inseridos nas atividades seculares, exercem um apostolado, por meio do qual anunciam o Reino de Deus. Participando do múnus de Jesus Cristo, são impelidos pelo Espírito Santo a evangelizarem com o testemunho de vida e com a prática das virtudes e dos valores do Evangelho. Assim sendo, a *Lumen Gentium* atesta que a Igreja tem a vocação universal à santidade. Todos são chamados a serem santos conforme o estado de vida. Com efeito, a vocação familiar, recebida no sacramento do matrimônio, impele os esposos à santidade na medida em que se amam mutuamente. Os filhos, por sua vez, dentro da relação familiar, também são envolvidos pelo amor de Deus. Dessa forma, a família age como farol, como luz do mundo.

As palavras "sal da terra e luz do mundo" estão, portanto, entre a proclamação das bem-aventuranças do Reino de Deus e a "nova" justiça, sinal visível e inconfundível também do Reino que já chegou com Jesus. Dá, quase, para antecipar a conclusão da nossa reflexão. Ser "sal da terra e luz do mundo" significa contribuir, gastar a nossa vida de cristãos, para que a terra, o mundo, a história, a humanidade toda se transformem no Reino de Deus!²⁰

Em consonância, a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* se debruça sobre a questão da Igreja no mundo atual, percorrendo sobre as realidades que a humanidade vive, as quais também são vividas por Cristo. Assim, a Igreja está inserida nas realidades humanas; nela, seus filhos vivem as alegrias e as tristezas do mundo. Por isso, unida ao gênero humano, a Igreja também experiencia as realidades da vida, que também foram vivenciadas por Cristo (cf. GS, 1).

Diante disso, a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes*, dirigindo-se ao povo cristão e a toda a humanidade, afirma que a Igreja:

²⁰ GRUPO DE REFLEXÃO DA COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL PARA O LAICATO DA CNBB. **Sujeitos Eclesiais:** sal da terra e luz do mundo. Paulinas. São Paulo, 2017, p. 16.

Tem, portanto, diante dos olhos o mundo dos homens, ou seja, a inteira família humana, com todas as realidades no meio das quais vive; esse mundo que é teatro da história da humanidade, marcado pelo seu engenho, pelas suas derrotas e vitórias; mundo, que os cristãos acreditam ser criado e conservado pelo amor do Criador; caído, sem dúvida, sob a escravidão do pecado, mas libertado pela cruz e ressurreição de Cristo, vencedor do poder do maligno; mundo, finalmente, destinado, segundo o desígnio de Deus, a ser transformado e alcançar a própria realização (GS, 2).

Face a essa realidade, a *Gaudium et Spes* apresenta o cuidado da Igreja para com o povo de Deus e para com a família humana:

Por isso o Concílio, testemunhando e expondo a fé do povo de Deus, por Cristo congregado, não pode manifestar mais eloquentemente a sua solidariedade, respeito e amor para com a inteira família humana, na qual está inserido, do que estabelecendo com ela diálogo sobre esses vários problemas, aportando a luz do Evangelho e pondo à disposição do gênero humano as energias salvadoras que a Igreja, conduzida pelo Espírito Santo, recebe do seu Fundador (GS, 3).

Ao analisar a humanidade nos tempos atuais, o documento expõe a vocação e a missão do homem no mundo. Com isso, a ação da Igreja é para com o homem no individual, bem como para com toda a humanidade coletivamente. Assim, o Concílio, “[...] proclamando a sublime vocação do homem, e afirmando que nele está depositado um germe divino, oferece ao gênero humano a sincera cooperação da Igreja, a fim de instaurar a fraternidade universal correspondente a esta vocação” (GS, 3).

Com efeito, diante dos desafios da humanidade, o Concílio aborda a vocação do homem e a dignidade da pessoa humana. Ao descrever sobre a revelação divina na Sagrada Escritura, a *Gaudium et Spes* desenvolve a questão da dignidade humana a partir do dado da criação, esclarecendo que Deus não criou o homem para ser sozinho, mas para ser parte de uma família. Dessa maneira, a união, estabelecida por Deus, entre o homem e a mulher gera a comunhão de pessoas: “Pois o homem, por sua própria natureza, é um ser social, que não pode viver nem desenvolver as suas qualidades sem entrar em relação com os outros” (GS, 12).

Com a afirmação de que o homem vive em comunhão e estabelece sociedade, a *Gaudium et Spes* discorre sobre a comunidade humana. Essa compreensão aponta para uma fraternidade. Portanto, “Deus, que por todos cuida com solicitude paternal, quis que os homens formassem uma só família, e se tratassem uns aos outros como irmãos” (GS, 24). Nesse sentido, o documento trata da dignidade do matrimônio e da família nos tempos atuais, apresentando-os como importantes para a salvação da pessoa em si e para a sociedade. No entanto, apesar de ser um desígnio de Deus, notamos que a dignidade da família é abalada por diversas situações do tempo presente, como o divórcio, a poligamia, entre outros fatores (cf. GS, 47).

Diante das situações contrárias à instituição familiar, encontramos a magnitude da força da família:

Mas o vigor e solidez da instituição matrimonial e familiar também nisto se manifestam: muito frequentemente, as profundas transformações da sociedade contemporânea, apesar das dificuldades a que dão origem, revelam de diversos modos a verdadeira natureza de tal instituição (GS, 47).

Perante as adversidades, a vocação familiar expressa um testemunho verdadeiro, capaz de manifestar ao mundo a força do Evangelho. Pela graça do sacramento do matrimônio, a família ilumina e propõe um caminho certo diante das situações que ferem sua dignidade. Com efeito, o matrimônio confere uma dignidade própria à família, que recebe as graças do sacramento. Ele impele a família à santidade individual de seus membros, como também beneficia a sociedade, uma vez que se torna um farol no mundo. Por isso, a instituição familiar é criação divina, conforme destaca o documento conciliar:

O próprio Deus é o autor do matrimônio, o qual possui diversos bens e fins, todos eles da máxima importância, quer para a propagação do gênero humano, quer para o proveito pessoal e sorte eterna de cada um dos membros da família, quer mesmo, finalmente, para a dignidade, estabilidade, paz e prosperidade de toda a família humana (GS, 48).

O amor conjugal recebe de Cristo copiosa benção, uma vez que Ele vem ao encontro dos esposos e, assumindo tal amor conjugal, eleva-o com o amor divino por sua força redentora e pela ação salvadora da Igreja. Os esposos são, pois, “ajudados e fortalecidos na sua missão sublime de pai e de mãe” (GS, 48).

Por este motivo, os esposos cristãos são fortalecidos e como que consagrados em ordem aos deveres de seu estado por meio de um sacramento especial, cumprindo, com a sua força, a própria missão conjugal e familiar, penetrados do espírito de Cristo que impregna toda a sua vida de fé, esperança e caridade, avançam sempre mais na própria perfeição e mútua santificação e cooperam assim, juntos para a glória de Deus (GS, 48).

Os esposos, pela graça do sacramento, são impelidos a exercer a missão familiar, de modo que os filhos, os pais e todos da família encontram-se em uma posição privilegiada de formação humana, que é meio para a salvação e santidade. O pai e a mãe, na dignidade da paternidade e da maternidade, exercem para com os filhos o dever da educação. Os filhos, para a sua santificação, contribuem com os pais, correspondendo aos benefícios recebidos e zelando por eles (cf. GS, 48).

Cada família comunicará generosamente com as outras as próprias riquezas espirituais. Por isso, a família cristã, nascida de matrimônio que é imagem e participação da aliança de amor entre Cristo e a Igreja, manifestará a todos a presença viva do Salvador no mundo e a autêntica natureza da Igreja, quer por meio do amor dos esposos, quer pela sua generosa fecundidade, unidade e fidelidade, quer pela amável cooperação de todos os seus membros (GS, 48).

A vocação e a missão da família abençoada no sacramento do matrimônio é expressão viva do amor de Cristo no mundo. É sinal vivo da Redenção de Jesus Cristo, participando da ação salvadora da Igreja. A família manifesta o Reino de Deus no mundo: “Os esposos sabem que no dever de transmitir e educar a vida humana que deve ser considerado como a sua missão específica, eles são os cooperadores do amor de Deus Criador e como que os seus intérpretes” (GS, 50).

Em suma, a Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* aborda a participação da família na missão da Igreja. O sacramento do matrimônio faz participar do amor de Cristo pela Igreja; ele faz da família um farol nas realidades seculares, nas quais, pelo testemunho dos esposos, ilumina as situações escurecidas pelo pecado. Diante disso, a fidelidade do amor conjugal manifesta para o mundo o verdadeiro amor redentor de Cristo pela Igreja.

2.2 A FAMÍLIA NA DOCTRINA SOCIAL E NO CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA

O Compêndio da Doutrina Social da Igreja se debruça, em sua segunda parte, sobre a família. No capítulo cinco, a Igreja, baseada no relato da criação, apresenta a família como célula vital da sociedade. O Compêndio esclarece, à luz da revelação bíblica, que a família é uma sociedade natural:

Iluminada pela luz da mensagem bíblica, a Igreja considera a família como a primeira sociedade natural, titular de direitos próprios e originários, e a põe no centro da vida social: relegar a família “a um papel subalterno e secundário, excluindo-a da posição que lhe compete na sociedade, significa causar um grave dano ao autêntico crescimento do corpo social inteiro”. Efetivamente, a família, que nasce da íntima comunhão de vida e de amor fundada no matrimônio entre um homem e uma mulher, possui uma dimensão social própria, específica e originária, enquanto lugar primário de relações interpessoais, célula primeira e vital da sociedade: esta é uma instituição divina que está colocada como fundamento da vida das pessoas, como protótipo de todo ordenamento social (CDSI, 211).

Posto isso, compreendemos que a família é importante para a pessoa. O seio familiar em que a pessoa nasce e cresce oferece um ambiente de vida, no qual a pessoa desenvolve as potencialidades e se prepara para lidar com o destino próprio (cf. CDSI, 212). A família é importante para a sociedade, uma vez que, sendo uma comunidade natural, define as relações

sociais: “Uma sociedade à medida da família é a melhor garantia contra toda a deriva de tipo individualista ou coletivista, porque nela a pessoa está sempre no centro da atenção enquanto fim e nunca como meio” (CDSI, 213).

O amor conjugal, no sacramento do matrimônio, constitui a família como uma escola, capaz de transmitir os valores fundamentais para a sociedade: “Na família são inculcados, desde os primeiros anos de vida, os valores morais, transmitem-se o patrimônio espiritual da comunidade religiosa e o cultural da nação. Nela se dá a aprendizagem das responsabilidades sociais e da solidariedade” (CDSI, nº 213). A família tem suma importância como célula vital da sociedade; ela é elemento constituinte da mesma e, por isso, necessita de amparos.

Há que se afirmar a prioridade da família em relação à sociedade e ao Estado. A família, de fato, ao menos na sua função procriadora, é a condição mesma da sua existência. Nas outras funções a favor de cada um dos seus membros ela precede, por importância e valor, as funções que a sociedade e o Estado também devem cumprir. A família, sujeito titular de direitos nativos e invioláveis, encontra a sua legitimação na natureza humana e não no reconhecimento do Estado. Ela não é, portanto, para a sociedade e para o Estado; antes, a sociedade e o Estado são para a família. Todo modelo social que pretenda servir ao bem do homem não pode prescindir da centralidade e da responsabilidade social da família. A sociedade e o Estado, nas suas relações com a família, têm o dever de ater-se ao princípio de subsidiariedade. Por força de tal princípio, as autoridades públicas não devem subtrair à família aquelas tarefas que pode bem realizar sozinha ou livremente associada com outras famílias; por outro lado, as autoridades têm o dever de apoiar a família, assegurando-lhe todos os auxílios de que ela necessita para desempenhar de modo adequado a todas as suas responsabilidades (CDSI, 214).

A família é a base elementar da sociedade, de modo que goza da centralidade na sociedade. Justamente por isso, a família deve ser protegida pela sociedade e pelo estado. Os princípios basilares da família necessitam de amparo, pois são valores humanos fundamentais para uma sociedade estável.

Para que, todavia, esta renovação do matrimônio produza, em todos os povos do mundo inteiro e de todos os tempos, os seus desejados frutos, é preciso, primeiro, que as inteligências humanas se esclareçam acerca da verdadeira doutrina de Cristo a respeito do matrimônio; e convém ainda que os esposos cristãos, fortalecida a fraqueza da sua vontade pela graça interior de Deus, façam concordar todo o seu modo de pensar e de proceder com essa puríssima lei de Cristo, pela qual assegurarão a si próprios e à sua família a verdadeira felicidade a paz²¹.

O Compêndio da Doutrina Social da Igreja apresenta o valor do sacramento do matrimônio como originário da realidade humana e de uma vida com Cristo.

²¹ PIO XI, Papa. **Carta Encíclica Casti Connubii**: sobre o matrimônio cristão. Editora Santa Cruz. São Caetano do sul, 2022, n. 2. As citações seguintes serão referenciadas com a abreviação “CC”, conforme indicado no siglário, seguida do número do parágrafo.

A história da salvação é perpassada pelo tema da aliança esponsal, expressão significativa da comunhão de amor entre Deus e os homens e chave simbólica para compreender as etapas da grande aliança entre Deus e o Seu povo. O centro da revelação do projeto de amor divino é o dom que Deus faz à humanidade do Filho Seu Jesus Cristo. [...] Do amor esponsal de Cristo pela Igreja, que mostra a sua plenitude na oferta consumada na Cruz, promana a sacramentalidade do matrimônio, cuja Graça conforma o amor dos esposos ao Amor de Cristo pela Igreja. O matrimônio, enquanto, é uma aliança de um homem e uma mulher no amor (CDSI, 219).

A vivência do sacramento insere a família em uma realidade cristã. A família encontra, na graça sacramental, o amor de Cristo, que é a fonte do amor dos cônjuges e dos filhos. Dessa maneira, o amor familiar nasce da vida sacramental em Cristo. Assim, a família se torna um sinal do amor de Cristo na sociedade e no meio em que se encontra. Com efeito, “o sacramento do matrimônio assume a realidade humana do amor conjugal em todas as implicações” (CDSI, 220).

Inserida em Cristo pela graça batismal e expressão da aliança de amor por meio do sacramento do matrimônio, a família é sinal do Reino de Deus. Ela é chamada a anunciar com a vida e a testemunhar o matrimônio como luz e modelo para a sociedade.

A caridade conjugal, que promana da caridade mesma de Cristo, oferecida através do Sacramento, torna os cônjuges cristãos testemunhas de uma sociabilidade nova, inspirada no Evangelho e no Mistério Pascal. A dimensão natural do seu amor é constantemente purificada, consolidada e elevada pela graça sacramental. Deste modo, os cônjuges cristãos, além de ajudar-se reciprocamente no caminho de santificação, convertem-se em sinal e instrumento da caridade de Cristo no mundo. Com a sua própria vida eles são chamados a ser testemunhas e anunciadores do significado religioso do matrimônio, que a sociedade atual sente sempre mais dificuldade em reconhecer, especialmente quando acolhe visões que tendem a relativizar até mesmo o fundamento natural do instituto matrimonial (CDSI, 220).

A família, pela graça sacramental, torna-se, para o mundo, testemunho e sinal eficaz do amor de Deus. É um sinal claro e eficiente que anuncia o Reino de Deus, reflexo do amor de Cristo, que purifica a sociedade e a humaniza. A família é verdadeira expressão da Nova e Eterna Aliança instaurada por Cristo (cf. CDSI, 220; Mc 14, 22-24). A família, edificada no amor conjugal, constitui uma sólida comunidade. Os cônjuges e seus filhos formam juntos a primeira e essencial comunhão de pessoas. Em tempos de crescimento do individualismo, a família possui os valores necessários para que se desenvolva uma sólida comunidade, edificada na comunhão de pessoas (cf. DOCUMENTO CNBB 105, n. 33). Isso porque, “graças ao amor, realidade essencial para definir o matrimônio e a família, toda pessoa, homem e mulher, é reconhecida, acolhida e respeitada na sua dignidade” (CDSI, 221).

Em consonância, o Catecismo da Igreja Católica apresenta a família como uma verdadeira comunidade conjugal, instituída no matrimônio:

A comunidade conjugal está fundada no consentimento dos esposos. O casamento e a família estão ordenados para o bem dos esposos, a procriação e a educação dos filhos. O amor dos esposos e a geração dos filhos instituem, entre os membros de uma mesma família, relações pessoais e responsabilidades primordiais (SANTA SÉ. Catecismo da Igreja Católica, 2201)²².

Com isso, o amor conjugal, que se origina no consentimento dos esposos, é fonte das relações humanas. Tais relações se ordenam primeiramente no seio familiar e, a partir daí, expandem-se para toda a sociedade. A comunhão que se estabelece é fruto do amor, o qual, alimentado no sacramento do matrimônio, exerce a natural função de amar (cf. CAT, 2203). Nesse sentido:

O ser humano é feito para amar e sem amor não pode viver. Quando se manifesta no dom total de duas pessoas na sua complementaridade, o amor não pode ser reduzido às emoções e aos sentimentos, nem tampouco a sua mera expressão sexual. Uma sociedade que tende cada vez mais a relativizar e a banalizar a experiência do amor e da sexualidade, exalta os aspectos efêmeros da vida e obscurece os seus valores fundamentais: torna-se cada vez mais urgente anunciar e testemunhar a verdade do amor e da sexualidade conjugal, que só existe onde se realiza um dom pleno e total das pessoas com as características da unidade e da fidelidade. Tal verdade, fonte de alegria, de esperança e de vida, permanece impenetrável e inatingível enquanto se estiver fechado no relativismo e no ceticismo (CDSI, 223).

A base das relações humanas é o amor, de forma que a família é sinal para a sociedade. A graça sacramental do matrimônio proporciona aos cônjuges viver verdadeiramente o amor conjugal. Pelo sacramento do matrimônio, eles são chamados a amar como Cristo ama a Igreja. A família é, pois, sinal do amor de Cristo. Assim, uma vez redimida no batismo e edificada no matrimônio, a família é testemunha do amor redentor de Cristo, sendo sinal do Reino de Deus (cf. CAT, 2204; Mc 14, 22-24; Ef 5, 25). Sobre isso, o Catecismo elucida que:

A família cristã é uma comunhão de pessoas, vestígio e imagem da comunhão do Pai, do Filho e do Espírito Santo. Sua atividade procriadora e educadora é o reflexo da obra criadora do Pai. Ela é chamada a partilhar da oração do sacrifício de Cristo. A oração cotidiana e a leitura da Palavra de Deus fortificam nela a caridade. A família cristã é evangelizadora e missionária (CAT, nº 2205).

A comunhão que se origina no seio familiar é reflexo da Trindade. Com efeito, os cônjuges participam da criação divina, pois são chamados à procriação. Não à toa, no rito do sacramento do matrimônio, os noivos são interrogados a respeito da disposição de gerar filhos: “estais dispostos a receber com amor os filhos que Deus vos confiar, educando-os na lei de

²²As citações seguintes serão referenciadas com a abreviação “CAT”, conforme indicado no siglário, seguida do número do parágrafo.

Cristo e da Igreja?”²³. A família, em sua missão procriadora, é chamada a acolher com amor os filhos, que são dons de Deus. O Compêndio da Doutrina Social da Igreja afirma que “a família fundada no matrimônio é deveras o santuário da vida” (CDSI, 231). A missão da família é gerar a vida, ser lugar de acolhida e oferecer a proteção necessária para o desenvolvimento humano. A família tem naturalmente, no amor conjugal, os princípios de unidade e indissolubilidade. O sacramento do matrimônio tem como pilar esses dois princípios (cf. CAT, 1644-1646).

2.3 A FAMÍLIA NO PONTIFICADO DO PAPA JOÃO PAULO II

São João Paulo II abordou amplamente a temática da família em diversos documentos. Dentre eles, destacamos a Exortação Apostólica *Familiaris Consortio*, haja vista sua relevância e importância, bem como sua profundidade de reflexão teológica. Tal documento é citado diversas vezes no Compêndio da Doutrina Social da Igreja, tanto que os temas abordados em ambos se assemelham muito. Nesta pesquisa, analisamos a terceira e a quarta parte da exortação, as quais se referem aos deveres da família e à missão da pastoral familiar.

A *Familiaris Consortio*, como é de se esperar, fundamenta-se na revelação bíblica, sobretudo no relato da criação. Diante disso, a partir do princípio da criação divina, João Paulo II apresenta a vocação da família, que é chamada a configurar-se ao plano de Deus Criador, descobrindo sua identidade e missão (cf. *Familiaris Consortio*, 17)²⁴. O documento apresenta a família como uma comunidade de pessoas, tendo o amor conjugal como princípio e força:

A família, fundada e vivificada pelo amor, é uma comunidade de pessoas: dos esposos, homem e mulher, dos pais e dos filhos, dos parentes. A sua primeira tarefa é a de viver fielmente a realidade da comunhão num constante empenho por fazer crescer uma autêntica comunidade de pessoas (FC, 18).

Nesse sentido, há três pontos essenciais para a compreensão teológica da comunhão. O primeiro é a unidade. A comunhão fundada no amor conjugal goza de sólida unidade, uma vez que os cônjuges, pelo vínculo matrimonial, são intrinsecamente unidos. Por esse motivo, “são chamados a crescer continuamente nesta comunhão mediante a fidelidade cotidiana a promessa matrimonial do recíproco dom total” (FC, 19). Segundo a *Familiaris Consortio*:

Essa comunhão conjugal radica-se na complementaridade natural que existe entre o homem e a mulher e alimenta-se mediante a vontade pessoal dos esposos de

²³ Ritual do Matrimônio. São Paulo: Paulus, 2025, p. 43.

²⁴ As citações seguintes serão referenciadas com a abreviação “FC”, conforme indicado no siglário, seguida do número do parágrafo.

condividir, num projeto de vida integral, o que têm e o que são: por isso, tal comunhão é fruto e sinal de uma exigência profundamente humana. Mas, em Cristo, Deus assume essa exigência humana, confirma-a, purifica-a e eleva-a, conduzindo-a à perfeição com o sacramento do matrimônio: o Espírito Santo infundido na celebração sacramental oferece aos esposos cristãos o dom de uma comunidade nova, de amor, que é a imagem viva e real daquela unidade singularíssima, que torna a Igreja o indivisível Corpo Místico do Senhor (FC, 19).

Diante da fundamentação da unidade conjugal, que tem como base a revelação bíblica (cf. Gn 2, 24), compreendemos que os modelos de famílias contrários à unidade carecem de verdade. A poligamia, por exemplo, fere diretamente a união conjugal, pois não há o princípio natural da família, que é o amor. A poligamia se distancia da vocação familiar e se fundamenta em princípios hedonistas. À vista disso, sem a unidade conjugal e a total doação dos esposos, o amor carece de elementos para se desenvolver (cf. FC, 19).

O segundo ponto é a comunhão indissolúvel. A indissolubilidade deriva também da unidade conjugal, mas que se amplia do bem dos esposos para também o bem dos filhos.

Radicada na doação pessoal e total dos cônjuges e exigida pelo bem dos filhos, a indissolubilidade do matrimônio encontra a sua verdade última no desígnio que Deus manifestou na Revelação: Ele quer e concede a indissolubilidade matrimonial como fruto, sinal e exigência do amor absolutamente fiel que Deus Pai manifesta pelo homem e que Cristo Vive para com a Igreja (FC, 20).

Perante uma cultura cada vez mais contrária à união matrimonial e que, por vezes, rejeita a fidelidade dos esposos e outros valores cristãos, a doutrina da Igreja reafirma a indissolubilidade do matrimônio. Diante de muitas pessoas que acham impossível se unir para toda a vida, a Igreja reforça a importância do amor conjugal, anunciando eficazmente que a origem dessa união é o próprio Cristo. Logo, a vocação matrimonial é um testemunho vivo e alegre do amor conjugal (cf. FC, 20).

Cristo renova o desígnio primitivo que o Criador inscreveu no coração do homem e da mulher e, na celebração do sacramento do matrimônio, oferece um "coração novo": assim os cônjuges podem não só superar a "dureza do coração", mas também e sobretudo compartilhar o amor pleno e definitivo de Cristo, nova e eterna Aliança feita na carne. Assim como o Senhor Jesus é a "testemunha fiel", e o "sim" das promessas de Deus e, portanto, a realização suprema da fidelidade incondicional com que Deus ama o seu povo, da mesma forma os cônjuges cristãos são chamados a uma participação real na indissolubilidade irrevogável, que liga Cristo à Igreja, sua esposa, por ele amada até o fim (FC, 20).

O sacramento do matrimônio é um dom, uma vocação e uma missão. Ele confere aos esposos a graça para serem fiéis um ao outro, renova seus corações para superarem as dificuldades e capacita-os para se doarem totalmente. A indissolubilidade, fundada no amor de

Cristo, revela o desígnio de Deus para o homem e para a mulher, de modo que a família cristã é chamada a anunciar tal propósito, uma vez que “testemunhar o valor inestimável da indissolubilidade e da fidelidade matrimonial é uma das tarefas mais preciosas e mais urgentes dos casais cristãos do nosso tempo” (FC, 20).

O terceiro ponto é a comunhão ampla da família, fundada a partir do amor dos cônjuges. Assim, “a comunhão conjugal constitui o fundamento sobre o qual se continua a edificar a mais ampla comunhão da família: dos pais e dos filhos, dos irmãos e das irmãs entre si, dos parentes e de outros familiares” (FC, 21). A comunhão ampla da família se desenvolve pelo vínculo natural entre os membros. Com isso, o amor conjugal se estende e une os pais, os filhos e demais parentes, gerando uma comunhão viva:

Tal comunhão radica-se nos laços naturais da carne e do sangue, e desenvolve-se encontrando o seu aperfeiçoamento propriamente humano na instauração e maturação dos laços ainda mais profundos e ricos do espírito: o amor, que anima as relações interpessoais dos diversos membros da família, constitui a força interior que plasma e vivifica a comunhão e a comunidade familiar (FC, 21).

Os benefícios da experiência de uma comunhão ampla vivenciada no seio familiar se estendem para a comunidade. Os membros da família exercem, entre si e na sociedade, o papel educador, de transmitir os valores do Evangelho e as riquezas da vida cristã para a sociedade, papel este que brota e se desenvolve na relação com Cristo. A comunhão de amor que se estabelece no matrimônio se expande para a sociedade como verdadeiro dom, manifesta para o mundo o amor de Cristo e anuncia para todas as realidades humanas o valor da comunhão familiar. Por isso:

Todos os membros da família, cada um segundo o dom que lhe é peculiar, possuem a graça e a responsabilidade de construir, dia após dia, a comunhão de pessoas, fazendo da família uma “escola de humanismo mais completo e mais rico”. É o que vemos surgir com o cuidado e o amor para com os mais pequenos, os doentes e os anciãos; com o serviço recíproco de todos os dias; com a coparticipação nos bens, nas alegrias e nos sofrimentos (FC, 21).

No seio familiar a comunhão entre os membros se desenvolve como uma experiência de amor, a qual anuncia o próprio amor de Cristo. Por essa razão, o dom que cada membro recebe deve ser exercido na família e na sociedade, de forma a expressar o cuidado de Deus para com o seu povo, sobretudo para com os mais necessitados. Ao exercer o dom recebido, cada pessoa revela o amor de Cristo pela humanidade e, juntamente com Ele, contribui para o desenvolvimento da fraternidade a partir do amor mútuo (cf. FC, 21).

Notamos que a Igreja tem a missão de ajudar as famílias a viverem a sua vocação, especialmente nas diversas dificuldades que enfrentam por estarem inseridas em uma cultura contrária aos valores familiares. O Papa João Paulo II apresenta, na quarta parte de sua exortação, a proposta de uma pastoral familiar, cuja incumbência é o cuidado para com as famílias. A respeito dessa pastoral, o romano pontífice indicou princípios e ações práticas que fornecem às famílias o zelo e o apoio da Igreja.

A Igreja deve acompanhar a família em todas as etapas, desde a preparação até o pós-matrimônio. João Paulo II destaca que, em uma cultura secularizada, não se pode deixar a preparação dos nubentes somente para os pais. A Igreja precisa oferecer uma formação que alcance as diferentes necessidades dos jovens que buscam o matrimônio. A preparação, deve oferecer aos nubentes uma sólida base, a fim de que possam compreender os valores familiares e o compromisso matrimonial que desejam contrair:

Entre os elementos para se comunicar nesse caminho de fé, análogo do catecumenato, deve incluir-se uma profunda consciência do mistério de Cristo e da Igreja, dos significados de graça e de responsabilidade do matrimônio cristão, assim como a preparação para tomar parte ativa e consciente nos ritos da liturgia nupcial (FC, 66).

Da mesma forma que a preparação, as demais etapas propõem aos cônjuges uma experiência ativa no sacramento. O rito litúrgico, com a graça sacramental, fornece aos nubentes uma experiência com o amor de Cristo e proporciona a toda comunidade cristã uma ativa participação no mistério de Cristo e da Igreja (cf. FC, 66). Posteriormente, na etapa pós-matrimonial, a pastoral familiar deve zelar pelos cônjuges, cuidando dos novos esposos. Dessa forma, todos os membros da comunidade cristã precisam dar o apoio necessário para que a nova família possa viver sua vocação e desempenhar sua missão junto à Igreja (cf. FC, 66).

2.4 A FAMÍLIA NO PONTIFICADO DO PAPA FRANCISCO

O pontificado do Papa Francisco contribuiu grandemente para a reflexão sobre a família, pois ofereceu contribuições práticas para o melhor desempenho da pastoral familiar e para o cuidado da Igreja em relação aos cônjuges. Na *Evangelii Gaudium*, sua primeira Exortação Apostólica, o Papa Francisco tece o caminho de seu pontificado. Nesse documento, o Papa apresenta a família como célula vital da sociedade, sendo o espaço no qual se aprendem

os valores e os pais transmitem a fé aos filhos (cf. *Evangelii Gaudium*, 66)²⁵. Percebemos, assim, que a família é uma das questões importantes para Francisco.

Diante de todo o arcabouço teológico acerca da família desenvolvido no pontificado do Papa Francisco, destacamos a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Amoris Laetitia*. Como documento conclusivo do Sínodo da Família, a *Amoris Laetitia* discorre, de modo amplo e profundamente teológico, sobre a realidade da família. No tocante a sua estrutura, o documento possui nove capítulos, totalizando 325 parágrafos.

No primeiro capítulo da exortação *Amoris Laetitia*, Francisco faz um caminho pela Sagrada Escritura, com o intuito de refletir sobre a família. Assim, o Papa traça um caminho profundamente teológico, extraíndo com clareza o essencial da família nos relatos bíblicos, seja no belíssimo relato da criação, assim como nos relatos de sofrimentos que a bíblia descreve sobre a família. A base argumentativa é o amor conjugal entre pai e mãe, que nutre todo o seio familiar. Desse modo:

O casal que ama e gera a vida é a verdadeira “escultura” viva (não a de pedra ou de ouro, que o Decálogo proíbe), capaz de manifestar Deus criador e salvador. Por isso, o amor fecundo chega a ser o símbolo das realidades íntimas de Deus. [...] A capacidade que o casal humano tem de gerar é o caminho por meio do qual se desenrola a história da salvação. Sob esta luz, a relação fecunda do casal torna-se uma imagem para descobrir e descrever o mistério de Deus, fundamental na visão cristã da Trindade que, em Deus, contempla o Pai, o Filho e o Espírito de amor. O Deus Trindade é comunhão de amor; e a família, o seu reflexo vivente (*Amoris Laetitia*, 11)²⁶.

Com isso, o amor conjugal, no seio familiar, nutre a comunhão, de modo que a família se torna um reflexo da comunhão trinitária. A família é obra divina e, por isso, manifesta, segundo a teologia paulina, uma representação da união entre Cristo e a Igreja (cf. Ef 5, 21-33).

Nesse sentido, ao falar da vocação familiar, o Papa Francisco expõe que, no seio da família, deve ecoar sempre o primeiro anúncio, “porque nada há de mais sólido, mais profundo, mais seguro, mais consistente e mais sábio que esse anúncio e toda a formação cristã é, primariamente, o aprofundamento do querigma” (AL, 58). Assim, a pastoral familiar necessita fazer ecoar o anúncio que desperta nos corações a conversão e a adesão de fé ao amor de Deus.

Na obra de salvação realizada em Jesus Cristo, o projeto divino do matrimônio é recuperado. Com efeito, a família ganha destaque quando, nas Bodas de Caná, Jesus, ao realizar

²⁵ As citações seguintes serão referenciadas com a abreviação “EG”, conforme indicado no siglário, seguida do número do parágrafo.

²⁶ As citações seguintes serão referenciadas com a abreviação “AL”, conforme indicado no siglário, seguida do número do parágrafo.

seu primeiro milagre, valoriza a família, dando a ela o significado da alegria viva do amor de Deus. No seio familiar, brota o amor nos corações redimidos por Cristo como sinal da aliança que Deus estabeleceu com o povo (cf. AL, 63).

A aliança esponsal, inaugurada na criação e revelada na história da salvação, recebe a revelação plena do seu significado em Cristo e na sua Igreja. O matrimônio e a família recebem de Cristo, através da Igreja, a graça necessária para testemunhar o amor de Deus e viver a vida de comunhão. O Evangelho da família atravessa a história do mundo desde a criação do homem à imagem e semelhança de Deus até a realização do mistério da Aliança em Cristo no fim dos séculos com as núpcias do Cordeiro (AL, 63).

A partir disso, percebemos que, para o Papa Francisco, a vocação da família é intrinsecamente ligada à teologia da Aliança. A Encarnação do Verbo em uma família, segundo ele, apresenta como que o mistério da Sagrada Família, revelando a fecundidade de um lar. Assim, o menino Jesus promove uma profunda experiência nas pessoas envolvidas no relato da Encarnação (cf. AL, 65). Nas palavras do pontífice:

E, em seguida, penetrar nos trinta longos anos em que Jesus ganhava o pão trabalhando com suas mãos, sussurrando a oração e a tradição crente do seu povo e formando-se na fé dos seus pais, até fazê-la frutificar no mistério do Reino. Esse é o mistério do Natal e o segredo de Nazaré, cheio de perfume da família (AL, 65).

A vocação da família encontra, no mistério da Encarnação, a essência e a missão de anunciar o amor de Deus. A Sagrada Família é a base fidedigna de toda a teologia familiar; é inspiração para todas as famílias, visto que é uma comunhão de amor que reflete a comunhão trinitária (cf. AL, 66). Dessa forma, tal vocação é nutrida pelo amor de Cristo, uma vez que “a graça do sacramento do matrimônio destina-se, antes de tudo, a aperfeiçoar o amor dos cônjuges” (AL, 89). Fortalecidos sacramentalmente por Cristo, o amor conjugal é absolutamente fecundo; é um amor que gera vida no seio familiar. Os frutos dessa relação fecunda de amor são os filhos. Com isso, “a família é o âmbito não só da geração, mas também do acolhimento da vida que chega como um presente de Deus” (AL, 166).

A vida familiar é sustentada pelo amor de Cristo infundido nela a partir dos sacramentos do batismo e do matrimônio. Assim, a família possui, na raiz da vocação, a missão de ser testemunha do amor de Cristo no mundo, principalmente onde a cultura é adversa aos valores do Evangelho. Por isso, o Papa Francisco afirma que o papel da família, na sociedade, é ser anunciadora do “Evangelho da família”. De acordo com ele:

A pastoral familiar “deve fazer experimentar que o Evangelho da família é resposta às expectativas mais profundas da pessoa humana: a sua dignidade e plena realização na reciprocidade, na comunhão e na fecundidade. Não se trata apenas de apresentar uma normativa, mas de propor valores, correspondendo à necessidade deles que se constata hoje, mesmo nos países mais secularizados” (*Relatio Synodi*, 2014, 33 *apud* AL, 201)²⁷.

O Papa Francisco aponta a necessidade da pastoral familiar de atender às demandas das famílias. É preciso que as estruturas eclesiais proponham formações mais amplas e qualificadas, para que padres, diáconos, religiosos, religiosas e leigos agentes de pastoral possam desempenhar melhor o atendimento às famílias (cf. AL, 202).

No capítulo oitavo da exortação, Francisco apresenta a necessidade de acompanhar, discernir e integrar as fragilidades das famílias. O Papa aborda o dever da Igreja de olhar para as situações difíceis e fragilizadas que os casais atualmente enfrentam. A pastoral familiar precisa desenvolver meios de acompanhar os casais que já vivem fora do modelo sacramental do matrimônio (cf. AL, 293-303). Assim afirma Francisco:

O matrimônio cristão, reflexo da união entre Cristo e a sua Igreja, realiza-se plenamente na união entre um homem e uma mulher, que se doam reciprocamente com um amor exclusivo e livre fidelidade, se pertencem até a morte e abrem à transmissão da vida, consagrados pelo sacramento que lhes confere a graça para se constituírem como igreja doméstica e serem fermento de vida nova para a sociedade. Algumas formas de união contradizem radicalmente este ideal, enquanto outras o realizam pelo menos de forma parcial e analógica (AL, 292).

Diante da complexidade de situações que as famílias enfrentam para se firmarem, o modelo de pastoral que se faz necessário é o da escuta, que deve ser atenta aos dramas vividos pelas famílias. Faz-se necessário buscar compreender cada realidade, a fim de oferecer ajuda e, com isso, conduzir as famílias ao seu lugar no Reino de Deus (cf. AL, 312).

O Papa Francisco se debruça, no capítulo seguinte, o nono, sobre uma profunda reflexão em relação a espiritualidade conjugal e familiar. Nesse ponto, ele trata de uma espiritualidade que atenda os aspectos próprios da vocação matrimonial. Essa espiritualidade se refere, sobretudo, à presença de Deus no seio familiar, no qual a graça sacramental do matrimônio propicia os meios de santificação. A família amadurece solidificada na presença do Senhor, ela obtém os meios necessários para seu bem-estar. A oração e o contato com Cristo são, para a família, pontos de unidade e de santificação.

²⁷ Link de acesso do relatório do sínodo das famílias 2014: acesso em: 23/01/2026.
www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20141018_relatio-synodi-familia_po.html.

A comunhão familiar bem vivida é um verdadeiro caminho de santificação na vida ordinária e de crescimento místico, um meio para a união íntima com Deus. Com efeito, as exigências fraternas e comunitárias da vida em família são uma ocasião para abrir cada vez mais o coração, e isto torna possível um encontro sempre mais pleno com o Senhor (AL, 316).

A família deve, mediante uma vida de oração fortificada pela graça do sacramento, testemunhar o amor de Cristo e anunciar o Evangelho diante de uma cultura cada vez mais indiferente. A espiritualidade familiar se torna uma luz que brilha contra a assombrosa escuridão do individualismo. A família nutre, pois, a espiritualidade da igreja doméstica, sendo modelo para o mundo (cf. AL, 324).

2.5 A FAMÍLIA NO DOCUMENTO DE APARECEIDA E NO DIRETÓRIO DA PASTORAL FAMILIAR – DIRETRIZES DA CNBB

O texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe, conhecido como Documento de Aparecida, diante dos diversos temas abordados sobre o caminho da Igreja na América Latina e no Caribe, apresenta um capítulo sobre a família. O documento não analisou de modo amplo essa temática, mas se preocupou em abordar algumas realidades de maior relevância na atualidade. Segundo o documento:

A família é um dos tesouros mais importantes dos povos latino-americanos e caribenhos e é patrimônio da humanidade inteira. Em nossos países, parte importante da população está afetada por difíceis condições de vida que ameaçam diretamente a instituição familiar (Documento de Aparecida, 431)²⁸.

A base argumentativa do Documento de Aparecida é, evidentemente, bíblica. A partir desse fundamento, a dignidade humana é tratada. Ademais, o documento apresenta que a família é bem-querida pelo povo Latino:

Visto que a família é o valor mais querido por nossos povos, cremos que se deve assumir a preocupação por ela como um dos eixos transversais de toda ação evangelizadora da Igreja. Em toda diocese se requer uma pastoral familiar “intensa e vigorosa” para proclamar o evangelho da família, promover a cultura da vida, e trabalhar para que os direitos das famílias sejam reconhecidos e respeitados (DAp, 435).

²⁸As citações seguintes serão referenciadas com a abreviação “DAp”, conforme indicado no siglário, seguida do número do parágrafo.

A proposta do documento é desenvolver um plano de ação em que a família seja o foco, a fim de assegurar os valores cristãos e promover a vida e a dignidade humanas. Tais ações requerem o desenvolvimento de uma pastoral familiar, uma pastoral de conjunto, que possa trabalhar com as famílias e ajudá-las nas diversas necessidades e perigos que enfrentam (cf. DAp, 435).

Ao refletir sobre as condições sociais e culturais a que as famílias são submetidas, o Documento de Aparecida destaca a necessidade de um plano de ação da Igreja. Ele pontua a imprescindibilidade de ações políticas que favoreçam o desenvolvimento familiar e o atendimento às diversas situações de vulnerabilidade pelas quais elas passam (cf. DAp, 436).

O documento, refletindo sobre a cultura da vida, fundamenta-se na dignidade do homem, criado à imagem e semelhança de Deus. Ele trata da promoção da vida, visto “a vida é presente gratuito de Deus, dom e tarefa que devemos cuidar desde a concepção, em todas as suas etapas, até à morte natural, sem relativismos” (DAp, 464). Toda a sociedade deve se empenhar nesse cuidado.

Nesse ponto, percebemos a necessidade do diálogo entre ciência e fé. Uma vez que a globalização favoreceu o avanço científico, que por vezes ignora a dignidade humana, é necessário desenvolver uma ética e uma bioética bem fundamentadas. Assim:

Não podemos escapar desse desafio de diálogo entre a fé, a razão e as ciências. Nossa prioridade pela vida e pela família, carregadas de problemáticas que são debatidas nas questões éticas e na bioética, exige de nós iluminá-las com o Evangelho e o Magistério da Igreja (DAp, 466).

Perante a globalização, é preciso que nos preocupemos com o estado do meio ambiente, o qual tem sofrido grandes explorações, o que, conseqüentemente, ameaça o bem-estar de todos. A Igreja deve promover ações de conscientização, bem como dialogar com as autoridades competentes, a fim de que possam surgir políticas que garantam a estabilidade socioambiental (DAp, 464).

Sobre a necessidade de uma pastoral familiar, conforme defende o Documento de Aparecida, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) publicou o *Diretório da Pastoral Familiar* (Documento 79 da CNBB), aprovado na 42ª Assembleia Geral, em 2004. Nesse documento, os bispos apresentam diretrizes que propõem um plano de ação a ser aplicado pelas dioceses e por suas paróquias. O Documento 79 traz uma reflexão sobre a família baseada nos documentos supracitados, de modo que trilha o mesmo caminho argumentativo. No entanto,

apesar das semelhanças, a proposta do documento foi criar um plano de ação conforme as realidades da Igreja no Brasil.

Tal documento é organizado em oito capítulos. Nele, os bispos fazem uma análise pastoral e, mediante os documentos da Igreja, trazem, no oitavo capítulo, uma síntese propondo um plano de ação. Os bispos apresentam uma proposta de pastoral familiar baseada nos ensinamentos da Igreja, visto que:

Fazer pastoral na Igreja, seguindo o exemplo do Bom Pastor, fundamento de toda a nossa ação, é agir em comunhão com ela e com o Evangelho. Todas as pastorais estão baseadas tanto no Magistério da Igreja como em princípios antropológicos, teológicos e evangélicos e numa atualizada leitura da realidade (Diretório da Pastoral Familiar, 446)²⁹.

O Documento 79 propõe que a pastoral familiar se organize em três setores: setor pré-matrimonial, setor pós-matrimonial e setor casos especiais. No que diz respeito à organização nacional, temos a Comissão Episcopal Pastoral para a Vida e a Família – CNBB, a Comissão Regional de Pastoral Familiar, a Comissão Diocesana de Pastoral Familiar, a Comissão Paroquial de Pastoral Familiar e o Instituto Nacional da Família e da Pastoral Familiar (INAPAF) (DPF, 466). O Documento 79 oferece uma abrangência nacional, contemplando cada diocese com suas respectivas paróquias. Com essa estrutura, a busca responder às necessidades apontadas nos documentos da Igreja, visando uma ação pastoral que alcance as reais necessidades das famílias.

Para concluir, o segundo capítulo desenvolveu um caminho reflexivo à luz do Magistério da Igreja, com a intenção de mostrar os seus ensinamentos sobre o matrimônio e a família. Evidenciou que para o Magistério, a família participa da missão evangelizadora da Igreja, pois está inserida nos desígnios de Deus e no mistério da salvação. Para isso, abordaram-se os Documentos do Concílio Vaticano II, especialmente as Constituições *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes*, nos quais se analisou a identidade da Igreja, com a concepção de “povo de Deus” e a visão sobre “os leigos” que se desenvolve acerca da missão do laicato – e, de modo especial, a missão das famílias – que contribuem significativamente na ação evangelizadora da Igreja.

A reflexão desenvolvida concebe a família como “igreja doméstica”, lugar de profunda vivência de fé, canal de santificação dos membros, assim como testemunho eficaz que manifesta os valores cristãos ao mundo, colaborando ativamente com o Reino de Deus. Em

²⁹ As citações seguintes serão referenciadas com a abreviação “DPF”, conforme indicado no siglário, seguida do número do parágrafo.

seguida, o capítulo recorreu ao Compêndio da Doutrina Social da Igreja e ao Catecismo da Igreja Católica, para mostrar os ensinamentos destes documentos em relação à família. Após este percurso pedagógico, o capítulo enfatizou as reflexões e contribuições sobre a família no pontificado do Papa João Paulo II. Nesta sequência, apresenta-se também os ensinamentos da temática sobre a família no pontificado do Papa Francisco.

Os dois Papas mencionados contribuíram significativamente com uma profunda reflexão teológica em relação a família, eles reafirmaram os essenciais valores, a unidade, a fidelidade e a abertura à vida, em que as famílias são chamadas a viver, sendo espaço de comunhão, de educação cristã e de vivência do Evangelho da família. Posteriormente, o capítulo recorreu a dois documentos importantes que discutem a questão da família na Igreja do Brasil: o Documento de Aparecida e o Diretório da Pastoral Familiar, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Os mesmos propõem um acompanhamento pastoral que visa proporcionar à família a viver a vocação, assim como atender às reais necessidades da missão, uma vez que são grandes os desafios enfrentados na atualidade.

3 OS DIZERES DA TEOLOGIA SOBRE A FAMÍLIA

“Ele nos arrancou do poder das trevas e nos transportou para o Reino do seu Filho amado, no qual temos a redenção – a remissão dos pecados”.
Colossenses 1, 13.

No presente capítulo, realizamos um breve estudo sobre o papel da teologia no que se refere à família. Para tanto, abordamos as reflexões de alguns teólogos acerca da família e do matrimônio, com o objetivo de compreendermos de que modo a teologia, de forma geral, tem tratado essas temáticas. Além disso, estabelecemos relações com documentos eclesiais, a fim de analisarmos o desenvolvimento do pensamento teológico em diálogo com o Magistério da Igreja.

3.1 A FAMÍLIA NO REINO DE DEUS

Na teologia, há uma ampla reflexão sobre a família, seja na teologia dogmática, moral ou pastoral. Por essa razão, consideramos importante colocar em discussão algumas dessas contribuições elaboradas pelos teólogos. Isso demonstra a importância do tema para a fé, visto que teólogos e teólogas se dedicaram e se dedicam ao estudo da família e do matrimônio à luz da fé cristã.

A compreensão de “povo de Deus”, abordada no segundo capítulo, demonstrou, a partir dos documentos eclesiais, que a Igreja entende a sua missão de continuar a obra redentora de Cristo. Desse modo, ela é anunciadora do Reino de Deus (cf. LG, 1-4). Por isso, o pensamento do teólogo José Tolentino Mendonça é pertinente para nosso estudo, uma vez que, ao meditar sobre o Pai-nosso, ele traz uma profunda reflexão sobre o Reino de Deus.

Em seu livro sobre a oração do Pai-nosso, especificamente quando medita a parte “venha a nós o vosso Reino...”, José Tolentino Mendonça propõe algumas ponderações sobre o Reino de Deus.

O Reino de Deus não é descrito conceitualmente, mas em chave narrativa. O que podemos dizer é que ele é inseparável de Jesus, deste agora da salvação de Deus, deste transbordar da sua graça na história. É inseparável deste rasgar da história aos pobres e infelizes, deste bálsamo derramado nos corações quebrantados, desta palavra de alento aos que já não esperavam nada. Deste aproximar de vidas concretas à possibilidade da salvação de Deus. Onde Jesus Cristo chegava, chegava o Reino. Onde Jesus Cristo estava, o Reino de Deus mostrava-se. Quando as pessoas tocavam em Jesus, tocavam no Reino; quando o viam, viam o Reino. Quando escutavam as suas parábolas, escutavam a gramática insuspeita do Reino. Jesus viveu sua vida como

manifestação extraordinária do Reino. O Reino de Deus coincidia com a presença de Jesus, e que efeitos extraordinários essa chegada provocava em tantas vidas³⁰.

O autor descreve o Reino como uma realidade que veio até nós para transformar nossas vidas, isto é, o Reino de Deus é apresentado como nova vida, a qual é capaz de mudar todos os que estão envolvidos nela. Com efeito, “gente que se julgava morta, que se acreditava perdida, num emaranhado de existência incapaz de deslindar [...] em Jesus Cristo encontrava a possibilidade de uma vida nova”³¹.

O Reino de Deus pede de nós a vida inteira. Todos os nossos instantes, as nossas forças. O Reino de Deus reclama a nossa energia, o nosso suor. Não nos pede coisas, pede-nos a nós. O Reino de Deus pede que estejamos presentes. Mas, ao mesmo tempo, que não nos esqueçamos de que o Reino de Deus não é nosso. A construção do Reino de Deus hipoteca-nos e ultrapassa-nos. Nós somos guardadores do Reino, não somos donos. Somos anunciadores do Reino e não proprietários³².

Assim, o Reino de Deus anunciado pelos profetas se concretiza em Jesus Cristo. O Messias, que era esperado, fez-se presente no meio do povo, anunciando a chegada do Reino. O novo tempo prometido agora é presente e real³³.

Este é o grande anúncio de Jesus: “O Reino de Deus está no meio de vós!”. Está dentro de nós, no meio do mundo, no interior da História como semente... É este o maravilhoso tesouro a descobrir. Deus já está presente! E o que precisamos é nos tornar sensíveis a essa presença. O Reino de Deus já é uma realidade, já é um fermento. [...] E se é verdade que o Reino de Deus representa também uma realidade escatológica, uma realidade do futuro, uma coisa que ainda há de chegar na sua plenitude, a verdade é que, embora sabendo nós que ele é dom futuro, o Reino de Deus já é uma realidade do hoje da minha vida. Hoje a minha vida está envolvida pelo Reino de Deus³⁴.

A reflexão de José Tolentino Mendonça dá a compreender que o Reino de Deus, assim como era anunciado no Antigo Testamento, concretiza-se na história. Com a Encarnação do Verbo, a humanidade experimenta uma nova realidade (cf. Lc 2, 1-20). Jesus Cristo cumpre tudo o que era anunciado sobre o Messias. Dessa forma, o anúncio do Reino proporciona uma nova vida, um novo tempo, em que os que participam da dinâmica do Evangelho experienciam um tempo de graça e esperança³⁵.

³⁰ MENDONÇA, José Tolentino. **Pai nosso que estais na terra: o Pai-Nosso aberto a crentes e não crentes**. São Paulo: Paulinas, 2024, p. 73.

³¹ MENDONÇA, 2024, p. 73.

³² MENDONÇA, 2024, p. 76.

³³ cf. MENDONÇA, 2024, p. 75-76.

³⁴ MENDONÇA, 2024, p. 74.

³⁵ cf. MENDONÇA, 2024, p. 74-46.

Para o Papa Francisco, o Reino de Deus se concretiza na medida em que encontra espaço nas pessoas. Quando há abertura para a semente germinar e gerar frutos, acontece a experiência de um reinado:

A proposta é o Reino de Deus (cf. Lc 4, 43); trata-se de amar a Deus, que reina no mundo. Na medida em que Ele conseguir reinar entre nós, a vida social será um espaço de fraternidade, de justiça, de paz, de dignidade para todos. Por isso, tanto o anúncio como a experiência cristã tendem a provocar consequências sociais (EG, 180).

Diante dessas contribuições, cabe-nos analisar como a família participa da dinâmica do Reino e como ela o experimenta no cotidiano. Nos Evangelhos, notamos que Jesus, em muitos momentos, encontra-se ao redor das famílias. Por esse motivo, para Clélia Perreti e Elton Luis Sbardella, há, nos relatos dos Evangelhos, uma profunda reflexão sobre a família. Os autores apontam que há uma expansão do conceito de vínculo familiar:

Jesus amplia as relações familiares para o vínculo com Deus; a união familiar vai além dos vínculos de sangue, e é na realização da vontade de Deus que se identifica a família de Deus em Jesus. É sinal da nova realidade trazida por Ele: o Reino de Deus, onde não serão mais os laços de sangue ou da tradição que definirão quem pertence ao povo de Deus, Israel, mas será família de Deus, isto é, todo aquele que fizer a vontade de Deus, que é Pai (Abba). É a nova comunidade, concretamente separada da Sinagoga³⁶.

Desse modo, a experiência do Reino de Deus estabelece um novo modo de vida para a humanidade. O Evangelho propõe um convívio em que todos os que participam do Reino compõem a família de Deus. Nessa compreensão, a dinâmica do Reino estabelece uma necessidade de conversão e mudança de mentalidade.

O Reino de Deus é uma realidade que mexe profundamente com as estruturas da sociedade, dentre elas a estrutura familiar, institucional e patriarcal. O seguimento de Jesus exige a centralidade do Reino de Deus. O discurso de Jesus sobre os laços familiares é, portanto, de ruptura: quem se põe a segui-Lo deve doar-se/dispor-se totalmente para o anúncio do Reino. A indecisão não pode estar presente e a atenção não pode estar dividida com o perigo de distorcer a opção por ser família de Jesus³⁷.

A novidade das relações familiares apresentada aqui não é, contudo, uma exclusão dos vínculos familiares, mas uma ampla compreensão familiar na dinâmica do Reino. Nos Evangelhos, encontramos relatos que claramente apontam para a necessidade de priorizar o

³⁶ PERRETTI, Clélia; SBARDELLA, Elton Luis. Família, fé e cultura: análise bíblica e contribuições de René Girard. **Revista de Cultura Teológica**, São Paulo, v. 29, n. 98, p. 239, jan./abr. 2021. DOI: 10.23925/rct.i98.49890.

³⁷ PERRETTI; SBARDELLA, 2021, p. 240.

Reino de Deus à família: “Deixa que os mortos enterrem os seus mortos; quanto a ti, vai anunciar o Reino de Deus” (Lc 9, 60). Não se trata, portanto, de exclusão da família, mas de estabelecer valores em que a relação com Deus é maior que a relação familiar. Nesse cenário, a dinâmica do Reino proporciona uma relação que gera a família de Deus (cf. Mt 10, 37-39; 12, 46-50).

3.2 A TEOLOGIA DO MATRIMÔNIO

A teologia do matrimônio apresenta ampla reflexão sobre o valor e o efeito do sacramento na pessoa e na sociedade³⁸. Para o teólogo Walter Kasper, o matrimônio cristão goza de dignidade pela fundamentação da narrativa bíblica da criação e por ser sacramento instituído por Cristo.

Não existe o ser humano “em si”; o ser humano existe unicamente como homem ou como mulher. Somente nessa complementariedade e referência mútua alcança sua plenitude humana de sentido. Esse mistério do homem e da mulher é tão profundo que sua aliança mútua se converte em imagem e semelhança da aliança de Deus com os homens, em representação do amor, da fidelidade e da força criadora de Deus. Dessa forma, confere-se ao matrimônio uma dignidade dificilmente superável que exclui, de antemão, qualquer gênero de hostilidade contra o sexo³⁹.

Segundo Kasper, o matrimônio é expressão do amor e da fidelidade de Deus pela humanidade, de modo que se concretiza plenamente com a encarnação do Verbo. Assim, “Cristo é a aliança de Deus com os homens tornada pessoa. É o esposo do povo de Deus da nova aliança, através dele ressoa o convite definitivo para o banquete de bodas no Reino de Deus⁴⁰”.

Com isso, Kasper compreende que o matrimônio é sinal da aliança de Deus, o que fundamenta sua sacramentalidade. À vista disso, o matrimônio é sinal da aliança porque reflete o amor e a fidelidade de Deus. Por essa razão, esse sacramento, ao ser instituído por Cristo, torna-se um elemento fundamental para a salvação da humanidade, inserindo-se na sua obra salvífica: “Desse modo, o matrimônio, dentro da mensagem de Jesus, faz parte tanto na ordem criacional das origens, como da ordem salvífica fundamentada no predomínio do amor e da fidelidade de Deus⁴¹”. De acordo com o teólogo:

³⁸ cf. *De bono coniugali*, cap. III, 3.

³⁹ KASPER, Walter: Teologia do matrimônio cristão. Tradução de Sérgio Hees. 5ª reimpressão. São Paulo. Edições Paulinas, 1993, p. 29.

⁴⁰ KASPER, 1993, p. 30.

⁴¹ KASPER, 1993, p. 31.

O matrimônio é, portanto, e a seu modo, uma das formas mediante as quais se atualizam historicamente o amor e a fidelidade eternos de Deus que se revelaram em Jesus Cristo. Desse modo, o amor e a fidelidade existentes entre Cristo e a Igreja não são unicamente um modelo para o matrimônio e, igualmente, a entrega do homem e da mulher não são apenas imagem e semelhança da entrega de Cristo por sua Igreja. O amor entre o homem e a mulher é muito mais um sinal atualizante, uma epifania do amor e da fidelidade de Deus, outorgados de uma vez por todas em Jesus Cristo e presentes por meio da Igreja⁴².

A compreensão de que o matrimônio é uma epifania do amor de Deus nos faz olhar para a família como obra salvífica, que, de algum modo, participa da Redenção de Cristo. Na narrativa da criação no Livro do Gênesis, Deus criou o homem à sua imagem e semelhança e o uniu à mulher em uma só carne. Deus instituiu a família (cf. Gn 2, 4-25). A família participa da obra da criação, sendo um reflexo da união trinitária, do amor e da fidelidade de Deus para com a humanidade. Com o pecado original, Deus estabelece o plano de salvação, que se concretiza na Encarnação do Verbo. A família também participa de modo singular da obra redentora. Deus se fez homem, nascendo em uma família (cf. Lc 2).

No ritual do matrimônio, uma parte da bênção nupcial vincula a bênção feita na criação com a redenção operada pelo sacramento, pois é a única que permaneceu após o pecado. Assim reza o texto: “Ó Deus, vós unis a mulher ao marido e dais a esta união estabelecida desde o início a única bênção que não foi abolida, nem pelo castigo do pecado original, nem pela condenação do dilúvio”⁴³. Dessa forma, a família, por meio do sacramento, participa da criação e da redenção. Sobre isso, ao elaborar uma reflexão teológica acerca da sacramentalidade do matrimônio, Elismar Alves dos Santos afirma:

O matrimônio pertence tanto à ordem da criação como à ordem da salvação. A aliança desejada por Deus entre o homem e a mulher é, ao mesmo tempo, imagem e, sobretudo, atualização da aliança definitiva que Deus concretizou com o ser humano em Jesus Cristo, uma semelhança do amor e da fidelidade de Deus para com o homem. O sacramento do matrimônio significa, de modo muito especial, uma participação no serviço santificante de Cristo⁴⁴.

Uma vez que a família participa da obra da criação e da salvação, compreendemos que seu lugar no Reino de Deus é ser sinal da aliança e epifania do amor de Deus. Na dinâmica do Reino, a família é base fundamental para a ação divina na humanidade. Nas palavras do Papa Francisco: “quando chamou Pedro a segui-lo, Jesus lhe disse que o levaria a tornar-se ‘pescador

⁴² KASPER, 1993, p. 33.

⁴³ RITUAL DO MATRIMÔNIO. 2ª edição típica. São Paulo: Paulus, 2025. p. 47.

⁴⁴ SANTOS, Elismar Alves dos. **A relação matrimonial na atualidade**. Provocações para uma reflexão. **Revista Eclesiástica Brasileira**, [S. l.], v. 76, n. 302, p. 339, 2016. DOI: 10.29386/reb.v76i302.203. Disponível em: <https://reb.itf.edu.br/reb/article/view/203>. Acesso em: 23 jan. 2026.

de homens'; e para isto é preciso um novo tipo de rede. Poderíamos dizer que hoje as famílias são uma das redes mais importantes para a missão de Pedro e da Igreja"⁴⁵.

Essa santificação engloba: um colocar-se diante de Deus e de sua obra criadora e salvadora (*consecratio*) e uma capacitação ontológica interna para esse serviço em virtude da graça santificante (*santificatio*). A união desses elementos revela que os esposos, através de seu amor e fidelidade mútuos, estão introduzidos no amor e na fidelidade de Deus em Jesus Cristo, de tal modo que seu amor é, ao mesmo tempo, sinal eficaz e pleno do amor de Deus⁴⁶.

Posto isso, observamos que a ação redentora de Cristo, que se concretiza na Encarnação do Verbo e alcança o ápice no mistério de sua Paixão, Morte e Ressurreição, reflete valores para a família. O amor de Cristo pela Igreja, sua obediência, sua doação e sua fidelidade até a morte tornam-se modelos para a comunidade cristã, a qual desenvolve a teologia familiar sobretudo na ótica paulina e, posteriormente, nos documentos eclesiais⁴⁷.

3.3 A ESPIRITUALIDADE FAMILIAR

Durante longo período histórico, especialmente sob o regime de Cristandade, a Igreja não desenvolveu uma reflexão teológica sistemática sobre a família, privilegiando, em grande medida, uma espiritualidade de caráter individualista. Em relação a esse contexto histórico, Dom Dadeus Grings assevera que:

A Igreja, no século XX, começou a dedicar muita atenção, estudo e empenho pastoral à família. Elaborou uma espiritualidade especificamente familiar e conjugal. Antes da crise familiar se desenvolvia uma espiritualidade, por assim dizer, pessoal. O mesmo acontecia também com a moral: eu e Deus, eu e os outros; eu e o mundo; eu no meu. A família não apresentava maiores problemas. Era uma instituição natural, baseada sobre um sacramento, de acordo com um plano de Deus. Tinha consistência em si mesma, como célula da sociedade. Tratava-se, radicalmente, de uma questão pessoal. A sociedade lhe dava garantias e amparo. O regime de Cristandade criara uma mentalidade não só favorável ao matrimônio cristão e à família, mas também proporcionava uma solidez de estrutura impervia ao arbítrio dos indivíduos. A família e o matrimônio constituíam uma instituição na qual ninguém ousava mexer⁴⁸.

Assim, compreendemos que, na história da Igreja, não havia uma preocupação com uma espiritualidade familiar até que surgisse, no século XX, a crise da família. Na sociedade

⁴⁵ FRANCISCO, Papa. **A família**: espírito familiar. São Paulo: Paulus, 2018, p. 120. (Audiência geral 07/10/2015).

⁴⁶ SANTOS, 2016, p. 339.

⁴⁷ SANTOS, 2016, p. 339.

⁴⁸ GRINGS, Dom Dadeus. **A boa nova da família**. Editora Evangraf: Porto Alegre, 2017, p. 9.

secular, a família já não é mais protegida como no tempo da Cristandade. Com isso, a família passou por grandes desafios.

Com a crise, que assolou a família na sociedade secular, sentiu-se a necessidade de socorrê-la com novos meios, principalmente de reflexão, de espiritualidade e de pastoral. Surgiram as pastorais familiares, com seus respectivos movimentos, cursos, trabalhos e associações. Introduziu-se um curso específico e obrigatório para os noivos, desejosos de casar-se na Igreja. Reconheceu-se que a família não mais prepara suficientemente seus membros para o casamento cristão, nesta época moderna⁴⁹.

Com efeito, a partir do século XX, com a crise que assolava a humanidade, todo o empenho da Igreja com o Concílio Vaticano II foi dar respostas ao mundo que sofria com grandes crises, inclusive a crise da família. Por esse motivo, a Igreja dedicou maior atenção ao núcleo familiar. Assim, assolado por duas guerras, o século XX também foi marcado por um grande avanço da Igreja⁵⁰.

O Concílio Vaticano II, assim como debateu amplamente a natureza e estrutura da Igreja, empenhou-se no estudo da família. Colocou-a, como não poderia deixar de fazer, no contexto da atuação e da presença da Igreja no mundo contemporâneo, no documento que recebeu o título significativo de "Constituição pastoral *Gaudium et spes*". Mas não poderia deixar de inserir este tema na problemática da própria Igreja, na "constituição dogmática *Lumen gentium*"; e, muito menos, no seu Decreto sobre o Apostolado leigo, *Apostolicam actuositatem*; bem como no Decreto sobre o Ministério e a vida dos Sacerdotes, *Presbiterorum ordinis*⁵¹.

Posto isso, notamos que o Concílio Ecumênico Vaticano II desenvolveu amplamente a temática da família e sua missão evangelizadora junto à Igreja, o que já foi abordado no segundo capítulo. Ao discorrer sobre a dimensão da espiritualidade familiar, o Decreto *Apostolicam Actuositatem* apresenta: "A própria família recebeu de Deus esta missão, de ser a célula primeira e vital da sociedade. Cumprirá esta missão se, pela mútua piedade dos membros e pela oração em comum dirigida a Deus, se mostrar como que o santuário doméstico da Igreja [...]" (*Apostolicam Actuositatem*, 11)⁵². Para cumprirem essa tarefa, as famílias necessitam do apoio da Igreja, a fim de que possam alcançar esse objetivo e exercer sua missão em tempos cada vez mais diversos.

Assim, compreendemos que a espiritualidade familiar está para além de somente rezar juntos; está em viver intensamente o amor conjugal, cuja graça sacramental santifica toda a

⁴⁹ GRINGS, 2017, p. 9.

⁵⁰ GRINGS, 2017, p. 7.

⁵¹ GRINGS, 2017, p. 9.

⁵² As citações seguintes serão referenciadas com a abreviação "AA", conforme indicado no siglário, seguida do número do parágrafo.

família. Com isso, é pertinente o conceito de Igreja doméstica, pois “os esposos cristãos são cooperadores da graça e testemunhas da fé um para com o outro, para com os filhos e demais familiares. Eles são os primeiros que anunciam aos filhos a fé e os educam” (AA, 11).

Hoje, neste ponto exato, a Igreja identifica o sentido histórico da sua missão a respeito da família e do autêntico espírito familiar: começando por uma atenta revisão de vida, que se refere a si mesma. Poder-se-ia dizer que o “espírito familiar” é uma carta constitucional para a Igreja: assim o cristianismo deve parecer e deve ser. Está escrito claramente: “Vós que estáveis longe – diz são Paulo – [...] já não sois hóspedes nem peregrinos, mas concidadãos dos santos e membros da família de Deus” (Ef 2, 17.19). A Igreja é e deve ser a família de Deus⁵³.

Com essa afirmação do Papa Francisco, reconhecemos que a ação pastoral da Igreja deve ser orientada por uma espiritualidade familiar. Nas palavras do Papa, encontramos o apelo para que a evangelização comece no seio da família, a exemplo da Família de Nazaré: “A partir daqui, da família, Jesus recomeça a sua passagem entre os seres humanos, para os persuadir que Deus não se esqueceu deles. [...] Daqui a Igreja, obedecendo à palavra do Mestre, sai para pescar no lago convicta de que, se o fizer, a pesca será milagrosa”⁵⁴.

Por isso, compreender a espiritualidade familiar é essencial para se desenvolver uma pastoral que alcance os reais desafios que a família enfrenta constantemente na sociedade. Questões como a poligamia, o divórcio, o controle de natalidade, entre outras, são problemas que atacam o núcleo da família e o sacramento do matrimônio⁵⁵. Diante dessa crise, discutida nos documentos eclesiais e abordada sobretudo no sínodo sobre a família, a Igreja aponta que é necessário olhar para os pilares que sustentam a família, a fim de, com isso, ajudá-la:

O discernimento da vocação da família, na multiplicidade das situações que pudemos encontrar na primeira parte, tem necessidade de uma orientação segura para o caminho e para o acompanhamento. Esta bússola é a Palavra de Deus na história, que culmina em Jesus Cristo “Caminho, Verdade e Vida” para cada homem e mulher que constituem uma família. Por conseguinte, pomos-nos à escuta daquilo que a Igreja ensina sobre a família, à luz da Sagrada Escritura e da Tradição. Estamos convictos de que esta Palavra corresponde às mais profundas expectativas humanas de amor, verdade e misericórdia, despertando potencialidades de dom e de acolhimento inclusive nos corações feridos e humilhados. Nesta luz, nós acreditamos que o Evangelho da família começa com a criação do homem à imagem de Deus, que é amor e chama o homem e a mulher ao amor, segundo a sua semelhança. A vocação do casal e da família à comunhão de amor e de vida perdura em todas as etapas do desígnio de Deus, não obstante os limites e os pecados dos homens. Esta vocação está fundamentada desde o princípio em Cristo redentor. Ele restaura e aperfeiçoa a aliança

⁵³ FRANCISCO, 2018, p. 120.

⁵⁴ FRANCISCO, 2018, p. 120.

⁵⁵ cf. GRINGS, 2017, p. 111-112.

matrimonial das origens e cura o coração humano, conferindo-lhe a capacidade de amar como Ele ama a Igreja, oferecendo-se por ela⁵⁶.

Posto isso, faz-se necessário compreendermos a teologia familiar, a fim de correspondermos às necessidades atuais. Sabemos que a sociedade já não é um ambiente que favorece o matrimônio cristão e, por isso, muitos questionam a família e, por vezes, consideram-na como uma instituição ultrapassada⁵⁷.

O fato é que a família já não consegue oferecer um ambiente sólido para o desenvolvimento pessoal, uma vez que a sociedade mudou. Assim, “estamos cientes da orientação principal das mudanças antropológico-culturais, em virtude das quais os indivíduos são menos apoiados do que no passado pelas estruturas sociais na sua vida afetiva e familiar”⁵⁸.

Diante disso, nesse capítulo, abordamos os dizeres da teologia sobre a família e o matrimônio cristão. Primeiramente, analisamos a concepção de Reino de Deus e como a família se encontra diante do anúncio da Boa-Nova. Evidenciamos que o Reino de Deus não é uma realidade futura, mas presente e que transforma constantemente as pessoas que se deixam ser alcançadas. Desse modo, a família é inserida na dinâmica do Reino, tornando-se, pelo sacramento do matrimônio, canal da graça de Deus.

A família participa da criação e da redenção. Ela é, pois, o espaço concreto da ação salvífica. Embora se encontre desafiada em uma sociedade marcada por uma cultura e uma filosofia cada vez mais adversas, a família cristã continua a anunciar a Verdade do Evangelho como Igreja Doméstica e célula viva da sociedade⁵⁹. Assim, a espiritualidade familiar necessita ser desenvolvida, tal como a pastoral familiar, para proporcionar um caminho sólido, em que as famílias possam responder à vocação sublime neste mundo, sendo sinal do Reino de Deus e epifania do amor de Cristo.

⁵⁶ SÍNODO DOS BISPOS. Relatório final do Sínodo dos Bispos ao Santo Padre Francisco: XIV Assembleia Geral Ordinária – A vocação e a missão da família na Igreja e no mundo contemporâneo. n. 35. Cidade do Vaticano, 24/10/2015.

⁵⁷ cf. CC, n. 50.

⁵⁸ SÍNODO DOS BISPOS. **Relatório final da XIV Assembleia Geral Ordinária**. 2015, n. 5.

⁵⁹ cf. FRANCISCO, Papa. Os sacramentos e os dons do Espírito Santo. São Paulo: Paulus, 2022, p. 67.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa analisamos a temática da família para compreender as bases teológicas e os fundamentos do matrimônio cristão católico. Desse modo, o presente trabalho fez três abordagens desenvolvida em três capítulos.

No primeiro capítulo foi abordado a família na Sagrada Escritura, e evidenciou-se que a família participa da dinâmica divina da criação e salvação. No Antigo Testamento se compreende que a família é o modelo primário de comunhão pensada por Deus. Isso se desenvolve no projeto salvífico como modelo da aliança que Deus quer estabelecer com o povo, desse modo, na literatura profética a família é tomada como modelo para descrever a fidelidade de Deus e a infidelidade do povo.

No Novo testamento, evidenciou que a família é elemento constituinte no plano salvífico, uma vez que a plenitude da revelação divina se dá no seio da Família de Nazaré com o nascimento do Menino Jesus. A família é expressão do amor sponsal de Deus, é manifestação visível da relação e da aliança de Deus. Por fim, analisando a teologia paulina, viu-se que a família é inserida na dinâmica do discipulado. A família é apresentada como canal da graça divina.

O segundo capítulo abordou a família no Magistério da Igreja, visando apreender o ensinamento sobre o tema diante dos desafios e evidenciou que a família participa da missão da Igreja de anunciar o Reino de Deus. Foi avaliado os documentos do Concílio Vaticano II *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes* sobre o conceito de “povo de Deus” e a missão dos leigos. A partir disso, compreende que a família, pela graça sacramental, são testemunhas do amor de Cristo e proclama as virtudes do Reino de Deus no mundo.

Na sequência, foi tratado o Compêndio da Doutrina Social e o Catecismo da Igreja Católica para examinar o desenvolvimento do assunto na sociedade e como o sacramento do matrimônio é compreendido. A partir disso, nota que a família está inserida na missão da Igreja, pela graça sacramental a família é sinal do Reino de Deus, é chamada a anunciar com a vida e a testemunhar o matrimônio como luz e modelo para a sociedade.

Posteriormente apresentou as contribuições dos pontificados de São João Paulo II e Papa Francisco na reflexão teológica e pastoral do Magistério, analisando os documentos *Familiaris Consortio* e *Amoris Laetitia*. Reafirmam a vocação familiar de testemunhar no mundo o amor de Cristo. Nessa perspectiva, ver-se a necessidade de uma pastoral que atenda os desafios que as famílias passam. Após, fez-se uma análise no Documento de Aparecida e no Diretório da Pastoral familiar da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros para olhar as

ações pastorais propostas. Notou-se que reafirmam a dignidade da pessoa humana, e com isso os valores e a dignidade da família. A partir disso propõe um plano de ação para promoção da vida humana. Ao desenvolver uma pastoral familiar o Diretório apresenta uma estrutura nacional, que perpassa as dioceses e as paróquias, com o intuito de alcançar as famílias.

No terceiro capítulo tratou da reflexão teológica sobre a família, olhando o desenvolvimento de alguns teólogos. Inicialmente abordou a família no Reino de Deus e evidenciou que a família é o espaço onde se faz presente o Reino. A dinâmica do Reino que proporciona uma experiência com a novidade do Evangelho se desenvolve como a família de Deus. Posteriormente, analisou a teologia do matrimônio, que apresentou o valor e a dignidade do matrimônio, assim como o efeito do sacramento para a pessoa e na sociedade.

Compreende que o matrimônio é sinal da aliança, uma vez que é reflexo o amor e a fidelidade de Deus ao seu povo. O matrimônio, instituído como sacramento por Cristo resgata a dignidade original, e desse modo, está inserido na ordem criacional e salvífica, é reflexo do amor esponsal de Cristo. Posteriormente avaliou-se a espiritualidade familiar que se desenvolve como uma resposta aos desafios presentes. A partir da compreensão de que somos filhos de Deus e da Igreja pelo batismo, desenvolve-se a reflexão de que somos a família de Deus, e isso evidencia que toda a ação pastoral da Igreja necessita orientar-se sob a espiritualidade familiar.

Em síntese, evidenciou que o lugar da família no Reino de Deus é inicialmente em anunciar o “Evangelho da família”, e de modo mais profundo e teológico, a família – pela graça do sacramento – está inserida na obra da criação e compõe fundamentalmente a obra de redenção, isto é, o plano salvífico. Assim, a família, como vocação matrimonial, tem a sublime missão neste mundo, de ser sinal do Reino de Deus e a epifania do amor esponsal de Cristo.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Santo. **De bono coniugali**. Tradução de Vicente Rabanal. São Paulo: Paulus, 2000 – (Coleção Patrística).

BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.

DOCUMENTO DE APARECIDA. **Texto conclusivo da V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano e do Caribe**. Tradução de Luiz Alexandre Solano Rossi. São Paulo: Paulus, 2011.

DOCUMENTOS DA CNBB 105. **Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade: sal da terra e luz do mundo**. São Paulo: Paulinas, 2016.

DOCUMENTOS DA CNBB 79. **Diretório da Pastoral Familiar**. Texto aprovado pela 42ª Assembleia Geral. São Paulo: Paulinas, 2005.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Constituição Dogmática Lumen Gentium**. Tradução Tipográfica Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1997.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Constituição Pastoral Gaudium et Spes**. Tradução Tipográfica Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1997.

DOCUMENTOS DO CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. **Decreto apostolicam Actuositatem**. Tradução Tipográfica Poliglota Vaticana. São Paulo: Paulus, 1997.

FRANCISCO, Papa. **A família: espírito familiar**. São Paulo: Paulus, 2018. (Audiência geral 07/10/2015).

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual**. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica pós-sinodal Amoris Laetitia: sobre o amor na família**. São Paulo: Paulus, 2016.

FRANCISCO, Papa. **Os sacramentos e os dons do Espírito Santo**. São Paulo: Paulus, 2022. (Matrimônio - Audiência Geral 02/04/2014).

FRANGIOTTI, Roque. OLIVEIRA, Nair de Assis, CSA. **Introdução do Livro De bono coniugali**. São Paulo: Paulus: 2000, p. 20.

GRINGS, Dom Dadeus. **A boa nova da família**. Porto Alegre: Editora Evangraf, 2017.

GRUPO DE REFLEXÃO DA COMISSÃO EPISCOPAL DE PASTORAL PARA O LAICATO DA CNBB. **Sujeitos Eclesiais: sal da terra e luz do mundo**. São Paulo: Paulinas, 2017.

JOÃO PAULO II, Papa. **Exortação Apostólica Familiaris Consortio**: sobre a função da família no mundo de hoje. São Paulo: Paulinas, 2010.

KASPER, Walter: **Teologia do matrimônio cristão**. Tradução de Sérgio Hees. 5ª reimpressão. São Paulo: Paulinas, 1993.

MENDONÇA, José Tolentino. **Pai nosso que estais na terra**: o Pai-Nosso aberto a crentes e não crentes. São Paulo: Paulinas, 2024.

PAIVA, Anselmo de Chaga de. **O sacramento do matrimônio e as causas de nulidade**. São Paulo: Paulus, 2018.

PERRETTI, Clélia; SBARDELLA, Elton Luis. **Família, fé e cultura**: análise bíblica e contribuições de René Girard. Revista de Cultura Teológica, São Paulo, v. 29, n. 98, p. 233-248, jan./abr. 2021. DOI: 10.23925/rct.i98.49890. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/364155925_Familia_fe_e_cultura_analise_biblica_e_contribuicoes_de_Rene_Girard. Acesso em: 05 dez. 2025.

PIO XI, Papa. **Carta Encíclica Casti Connubii**: sobre o matrimônio cristão. São Caetano do sul: Editora Santa Cruz, 2022.

PONTIFÍCIO CONSELHO “JUSTIÇA E PAZ”. **Compêndio da doutrina social da Igreja**. Tradução Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) – 7ª ed. – São Paulo: Paulinas, 2011.

RITUAL DO MATRIMÔNIO. 2ª edição típica. São Paulo: Paulus, 2025.

SANTA SÉ. **Catecismo da Igreja Católica**. Brasília: Edições CNBB, 2013.

SANTOS, Elismar Alves dos. **A relação matrimonial na atualidade**. Provocações para uma reflexão. Revista Eclesiástica Brasileira, [S. l.], v. 76, n. 302, p. 331–355, 2016. DOI: 10.29386/reb.v76i302.203. Disponível em: <https://reb.itf.edu.br/reb/article/view/203>. Acesso em: 23 jan. 2026.

SÍNODO DOS BISPOS. **Relatório final do Sínodo dos Bispos ao Santo Padre Francisco: XIV Assembleia Geral Ordinária – A vocação e a missão da família na Igreja e no mundo contemporâneo**. Vatican.va, 24/10/2015. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/synod/documents/rc_synod_doc_20151026_relazione-finale-xiv-assemblea_po.html. Acesso em 23/01/2026.